



CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE AMAZÔNICO NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: uma análise da atuação da
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**

ANA PRISCILA PORTELA GOMES

CARUARU - PE
2016

ANA PRISCILA PORTELA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE AMAZÔNICO NA RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: uma análise da atuação da Organização do Tratado de
Cooperação Amazônica (OTCA)**

Monografia apresentada ao curso de Relação
Internacionais do Centro Universitário Tabosa
de Almeida ASCES/UNITAS, como exigência
para obtenção do grau de bacharel em Relações
Internacionais, sob a orientação da Prof. Ma.
Mariana de Oliveira Nóbrega.

**Caruaru - PE
2016**

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 05/12/2016

Presidente: Prof. Ma. Mariana de Oliveira Nóbrega

Primeiro Avaliador: Prof. Doutor Marconi Aurélio e Silva

Segundo Avaliador: Prof. Mestre Virgínia de Carvalho Leal

AGRADECIMENTOS

Rendo graças a Deus, primeiramente, por me permitir alcançar esta conquista!

Agradeço também aos meus pais, Ecilda Maria e Ademar José por toda dedicação e esforço, uma vez que batalharam diligentemente para minha formação acadêmica, bem como pela paciência que tiveram comigo nos meus momentos de estresse em meio a tantas atividades, principalmente nesses últimos meses. Sem vocês eu nada seria.

De mesmo modo, quero manifestar gratidão à minhas irmãs e aos meus familiares tios, tias e primos, que de uma forma ou de outra contribuíram para essa minha realização. Peço desculpas pelos vários momentos em que me ausentei dos programas familiares para estar fazendo alguma atividade do Centro Universitário.

Agradeço aos meus colegas de sala, que se tornaram meus queridos e inesquecíveis amigos, Daiane Chagas, Daniele Alcyna, Everton Arruda, Sílvia Vanessa, Michael Macedo, Juliene Araújo e Jorzélia Nascimento. Cada um contribuiu de uma maneira especial na minha vida, seja pelo apoio durante todos esses anos, aos quais foram de muita alegria, seja pelas discussões nos trabalhos, que nos fizeram crescer como amigos nessa caminhada. Foram quatro anos de companheirismo, que ficarão na memória. Espero encontrar todos vocês nos nossos caminhos profissionais!

Expresso minha gratidão aos meus companheiros de trabalho, que também contribuíram nessa caminhada.

Agradeço a minha professora e orientadora Mariana Nóbrega, por toda paciência, dedicação e contribuição com seus ensinamentos, no decorrer desse trabalho.

Gostaria de agradecer a todos os professores da ASCES que compartilharam seus ensinamentos ao longo desses 4 anos.

Por fim, agradeço a todos que torceram por mim do início ao fim e que tornaram essa caminhada a mais prazerosa possível.

“Há só uma Terra, mas não só um Mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservar nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais”

(Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, 1987)

RESUMO

A crise ambiental agravou ao longo da década de 60, resultando em uma série de impactos ambientais com ações irreversíveis, passando a ocupar uma posição central no cenário global. Contudo, a interação das ações humanas com o meio ambiente passou a ser uma questão mais presente na agenda mundial dos Estados, a começar com a Conferência de Estocolmo, em 1972, que apresentava políticas para o gerenciamento ambiental, de modo sustentável. Com as intensas explorações na maior floresta tropical e de biodiversidade do mundo, a Amazônia; os assuntos florestais tomaram um direcionamento relevante para a necessidade de uma administração sustentável das florestas. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a evolução da temática de meio ambiente nas relações internacionais, a partir da década de 60, na qual inicia o despertar para a conscientização ambiental, expondo que a realização das Conferências Internacionais não surgiu de repente, e evidenciou cada vez mais a importância do meio ambiente para o cenário global. Nesse contexto, a Amazônia toma destaque devido a sua rica extensão de recursos naturais, despertando interesse internacional, que, por conseguinte produz intensos impactos ambientais. Assim, o trabalho também busca apontar dentro do contexto amazônico, a importância que a região representa para o globo, como as causas que levaram a degradação ambiental amazônica e a análise da atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que os países amazônicos adotaram para a preservação ambiental da região. A pertinência desse tema, justifica-se a necessidade de compreender de fato, o quão importante é a região amazônica para a promoção do desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

Palavras Chaves: Meio Ambiente. Amazônia. Impactos Ambientais. Cooperação. OTCA.

ABSTRACT

The acute environmental crisis throughout the 60's, resulting in a series of environmental impacts with irreversible actions, taking center stage in the global scenario. However, the interaction of human actions with the environment became a more present issue on the world agenda of States, starting with a Stockholm Conference in 1972, which presented policies for environmental management in a sustainable manner. With the intense explorations in the rainforest and the biodiversity of the world, an Amazon; Foresters have taken a relevant direction for a need for sustainable forest management. The present work aims to present an evolution of the environmental theme in international relations, starting in the 60s, an initiative for environmental awareness, the realization of an essay on the International Non-Surgical Conferences suddenly, and evidenced every time Plus the importance of the environment to the global scenario. In this context, the Amazon is highlighted due to its rich natural resources, which can produce intense environmental impacts. Thus, the paper also seeks to point out within the Amazon context, a point that the region represents for the globe, as causes that led to an Amazon environmental degradation and analysis of the work of the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO), which countries Adopted for environmental preservation of the region. The pertinence of this theme, to justify a de facto de facto need, is how important an Amazon region is to promote the sustainable development of the environment.

Key Words: Environment. Amazon. Environmental Impacts. Cooperation. OTCA

LISTA DE SIGLAS

AWR	Amazon Water Route
AAPR	Amazon-Andes-Pacific Route
ACTT	Amazon-Caribbean Tourism Trail
CCA	Conselho de Cooperação Amazônica
CCOOR	Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica
CNUMAH	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMDS	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
CIUP	Centro de Pesquisa da Universidad del Pacífico
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MRE	Ministros de Relações Exteriores
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
OI	Organizações Internacionais
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PIN	Plano de Integração Nacional
RAISG	Rede Amazônica
SP	Secretaria Permanente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SINANPE	Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas do Peru
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TI	Territórios indígenas
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. UMA BREVE INTRODUÇÃO DA RELAÇÃO DO MEIO AMBIENTE COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
1.2 Histórico da Agenda Internacional das últimas décadas.....	15
1.2.1 Década de 60	16
1.2.2 Década de 70	17
1.2.3 Década de 80	19
1.2.4 Década de 90	21
1.2.5 Década de 2000.....	22
1.2.6 Década 2010-Rio+20	23
2. IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	25
2.1 Perfil do espaço amazônico	26
2.1.1 Desmatamento na Amazônia boliviana	29
2.1.2 Desmatamento na Amazônia brasileira.....	30
2.1.3 Desmatamento na Amazônia colombiana.....	32
2.1.4 Desmatamento na Amazônia equatoriana.....	33
2.1.5 Desmatamento na Amazônia peruana	34
2.1.6 Desmatamento na Amazônia venezuelana	35
2.1.7 Desmatamento na Amazônia da Guiana, Guiana Francesa e Suriname.....	35
2.2 Geopolítica e internacionalização da Amazônia.....	37
3. ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)	39
3.1 Surgimento do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)	39
3.2 Apresentação e atuação da OTCA.....	41
3.2.1 O plano estratégico 2004-2012.....	43
3.2.2 Agenda estratégica de cooperação amazônica	44
3.3 Dificuldades de atuação enfrentadas pela OTCA.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

As questões ambientais cada vez mais ocupam um espaço de caráter prioritário nas relações internacionais, seus impactos muitas vezes extrapolam as fronteiras dos Estados, como os problemas marítimos, as mudanças climáticas no globo, e o intenso desmatamento. Com isso surgem instrumentos como tratados, conferências mundiais que contribuem para a criação de um sistema internacional multilateral sobre o meio ambiente, para compreender o surgimento desses mecanismos será apresentado ferramentas teóricas das relações internacionais.

Ao analisar a evolução da temática ambiental nas relações internacionais, nota-se o aumento da preocupação com essa questão, ao menos de forma discursiva, e foi a partir da década de 60 que se aponta para o desenvolvimento de uma consciência ambiental, tornando-se significativa com a existência do “Clube de Roma”, um grupo de indivíduos, dentre eles pesquisadores, que alertaram sobre os riscos que o crescimento econômico poderia causar com o mal manuseio dos recursos naturais.

A temática ambiental, entretanto, se instalou na agenda política global a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, sendo o primeiro grande evento internacional a promover discussões acerca do meio ambiente, conduzindo a notoriedade aos governos, à sociedade e às posteriores conferências. A necessidade de levantar a questão da proteção ambiental, portanto, ficou cada vez mais abrangente, encaminhando-se para o que hoje se reconhece por desenvolvimento sustentável, os três pilares (ambiente, econômico e social) de um desenvolvimento pregado no mundo político-econômico atual.

A interferência humana no meio ambiente tem causado mudanças no cenário global, afetando ecossistemas, provocando maiores alterações no clima, que emergem ameaças que afetam tanto a segurança ambiental, quanto a humana. Tais problemas ultrapassam as fronteiras territoriais, e necessitam de ações conjuntas com os Estados e sociedade para estabelecer mecanismos, a fim de implementar e promover a preservação ambiental.

Neste contexto, tem-se a Amazônia, um território que abriga a maior floresta tropical do mundo, e que possui abundantes recursos naturais, o que a faz despertar interesses internacionais, elevando a região, aos “olhos” do mundo, como uma fonte extraordinária para o crescimento econômico.

Com o aumento crescente do desenvolvimento econômico, a expansão do desmatamento na Amazônia se intensificou em um elevado grau, despertando nos países membros a necessidade de cooperar para desenvolver instrumentos que protegessem a

Amazônia, sendo adotado por eles a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que elabora planos e agendas com metas para serem implantadas por meios do desenvolvimento de projetos, que visam o manejo dos recursos de forma sustentável.

Portanto, a preservação ambiental da região amazônica é indispensável para o meio ambiente. Essa problemática ambiental é estudada por algumas perspectivas que se relacionam com a governança global, os regimes internacionais e a cooperação internacional, facilitando à adoção de políticas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A presente monografia trata de um tema relevante às relações internacionais, que envolve desde o meio ambiente, com destaque para Amazônia, sob a cooperação regional dos Estados que os compõe, por meio de uma organização internacional, a OTCA, até brevemente as temáticas relacionadas, com a própria cooperação internacional e segurança. A técnica de coleta de dados dessa pesquisa foi a observacional, o método de abordagem foi o dedutivo, pois a pesquisa partiu da temática geral de meio ambiente nas Relações Internacionais e chegou à temática do meio ambiente amazônico, observando a atuação da OTCA na proteção dessa região. Os tipos de pesquisa utilizados foram o bibliográfico e qualitativo, por meio do auxílio de artigos, livros e monografias acerca do desdobramento do tema e técnica documental, uma vez que se recorreu aos documentos das conferências internacionais, como também ao mapeamento do contexto histórico e desmatamento da Amazônia, utilizando-se da Rede RAISG.

Assim sendo, o trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo expõe a evolução da importância do meio ambiente nas relações internacionais, percorrendo o caminho da agenda global para o desenvolvimento sustentável, sendo identificados os principais acontecimentos, dentre eles, as conferências internacionais que hoje se têm conhecimento acerca da temática ambiental, afinal elas não surgiram do nada. No segundo capítulo, o foco vai para a Amazônia, identificando sua importância ao meio ambiente, destacando-se um mapeamento do perfil amazônico com os países que compõem a região (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, e Guiana Francesa), identificando as causas da degradação ambiental de cada Estado, além da consolidação da Amazônia no meio internacional. Por fim, faz-se uma apresentação e uma breve análise da atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), incorporando a temática do desenvolvimento sustentável na sua agenda em prol da preservação da região amazônica.

1 UMA BREVE INTRODUÇÃO DA RELAÇÃO DO MEIO AMBIENTE COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O meio ambiente tornou-se uma questão de preocupação para todas as comunidades. Há aproximadamente cinco décadas, os estudiosos e pesquisadores começaram a alertar a sociedade para os impactos ambientais provocados pelas ações do homem, mas parte dessa preocupação com o meio ambiente era e continua a ser – embora tenhamos adquirido um grau de consciência ambiental considerável, em vista das discussões internacional, regional, nacional e local – centrada em função de interesses econômicos.

Com a intensificação da degradação de recursos naturais, a exemplo do desmatamento¹ e do aumento do nível de poluição, se iniciou os primeiros movimentos ambientalistas em 1945, mas somente a partir de 1962 foi que ocorreu mudanças consideráveis na preocupação, com o ambiente, em vista dos impactos mais contundentes sobre o mesmo (NASCIMENTO, 2012), sendo criados, por exemplo, no Brasil, o Estatuto da Terra (1964), o novo Código de Defesa Florestal (1965), a lei de Proteção à Fauna (1967) e a fundação de reservas biológicas.

Com os impactos da crise ambiental, iniciaram debates sobre sustentabilidade e preservação do meio ambiente ao redor do mundo, contribuindo para a difusão e entendimento acerca das medidas a serem tomadas sobre os problemas ambientais. A preocupação com o meio ambiente passou a ser tratada como assunto de interesse nacional e internacional, possibilitando a criação de tratados e convenções internacionais, com a participação da sociedade civil global e do Estado, a exemplo da década de 1970, com a Conferência de Estocolmo, na Suécia (FIGUEIREDO, 2005), a qual será abordada ao longo desse primeiro capítulo.

Em 1863, a Grã-Bretanha aprovou a primeira lei contra a poluição do ar no mundo, criando o primeiro órgão de controle de poluição. Seguindo, em 1965, foi fundado também o primeiro grupo ambientalista privado no mundo (*Commons Open Spaces, and Footpaths Preservation*)², promovendo campanhas para a preservação das áreas verdes urbanas (MCCORMICK, 1992).

¹ Os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente, na África Meridional, acarretaram em 1658, publicações de proclamações restringindo a derrubada inconsequente de florestas. Já em 1700 mais de 200 mil hectares de florestas foram derrubadas para a agricultura na Nova Inglaterra, e por volta de 1800 já totalizava 60% de florestas derrubadas em *Massachussets*, onde por um tempo era a floresta com maior fonte de energia nos Estados Unidos (MCCORMICK, 1992).

² Para saber mais sobre esse grupo, acesse: <www.oss.org.uk>

No Brasil, com o acelerado desenvolvimento econômico proveniente da Revolução Industrial, os problemas ambientais não foram vistos como uma questão que merecesse tamanho valor como a do desenvolvimento, sendo observado pela perspectiva econômica, tornando-se, portanto, uma questão secundária ao crescimento do país. Com a Conferência de Estocolmo (1972), o Brasil passou a participar de ações de política ambiental e, ao longo das últimas quatro décadas, vem ampliando ações para garantir um desenvolvimento sustentável. Hoje, é considerado um dos principais atores da agenda internacional sobre o meio ambiente, entretanto, ainda precisa melhorar muito, principalmente no cumprimento de seus discursos.

São grandes os desafios ambientais, devido ao rápido crescimento econômico que ao mesmo tempo gera benefícios para o ser humano, impulsiona o esgotamento dos recursos naturais, causando impactos irreversíveis para o clima, e que colaboraram para a abrangência dos debates sobre o comprometimento dos recursos presentes na região amazônica (AROUDO; LORENCINI, 2012).

Diante do contexto elucidado, o meio ambiente e as relações internacionais estão interligados, em vista das questões ambientais (seus impactos e suas consequências) excederem as fronteiras territoriais estatais e, por isso, as preocupações com os problemas ambientais requererem acordos internacionais que demandam ações conjuntas, entre os atores além dos Estados Nacionais, como os acordos entre Organizações não Governamentais (ONGs). Essa discussão é relatada a seguir:

Se as relações internacionais, ainda, em grande parte estruturadas e amparadas nas teorias do poder, onde as fronteiras são consideradas invioláveis e a soberania alardeada como absoluta, o mesmo não pode ser dito sobre implicações de políticas públicas mal conduzidas, sem os devidos cuidados com o meio ambiente, fazendo com que as consequências se verifiquem não só no âmbito regional, mas podendo apresentar implicações mundiais (MYAMOTO, 1991, p. 108).

Ainda conforme afirmação do autor, o interesse e os debates sobre meio ambiente nos últimos anos têm sido cada vez mais urgente, as derrubadas de florestas tropicais e a destruição da camada de ozônio têm se tornado ordem do dia, pois todos acabam sendo afetados, seja direta ou indiretamente, mesmo que seja um ato involuntário, como um vazamento de petróleo, que destrói tudo ao seu redor com centenas de quilômetros quadrados, podendo as consequências ultrapassar as fronteiras de qualquer país, acarretando em graves impactos ecológicos. Impactos estes talvez imensuráveis para a humanidade, de modo que se percebe que a proteção ao meio ambiente é um determinante para sobrevivência de todos os seres vivos, razão pela qual vem interferindo nas decisões tomadas pelos atores nas relações internacionais.

A questão ambiental para as relações internacionais, portanto, tornou-se alvo de atenção cada vez maior nos últimos anos, com o aumento do aquecimento global, dos desastres naturais e com a intensa pressão das ações antrópicas diretas sobre o meio ambiente, como desmatamentos e queimadas, atividades que acontecem corriqueiramente na região Amazônia, a qual detêm a maior bacia hidrográfica do mundo, causando mudanças ambientais que podem afetar as relações entre os países que a possui, já que foge do controle da soberania territorial dos Estados. Mesmo que em algum dos países, e nesse caso, destaco os amazônicos, haja menor emissão de gases de efeito estufa ou possua boas práticas em prol do meio ambiente, eles podem ser afetados pelas consequências dos problemas ambientais de outros (BRITTO, 2015).

Algumas perspectivas teóricas ajudam a compreender a ligação entre meio ambiente e relações internacionais, dentre as mais comuns estão a teoria de regimes internacionais e governança global. No que concerne a regimes internacionais, Krasner (1982) define: “Os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores.”. Logo, a contribuição dos regimes³, no que tange às questões ambientais e afins, é promover a cooperação por meio, por exemplo de acordos com normativas, que levem a ação conjunta entre os Estados para o enfrentamento das consequências ambientais através de medidas de redução dos impactos. A interação entre esse conjunto de princípios, normas e regras é o que torna os regimes com legitimidade, colaborando assim para a criação de vários outros regimes e instituições ambientais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que será mostrado mais adiante, no terceiro capítulo.

Keohane (1993) também contribui para o estudo da questão ambiental por meio de análises institucionalistas, assumindo que os Estados são os principais atores na política mundial e que se comportam de acordo com suas próprias opiniões. Keohane e Nye configuraram um novo cenário internacional com seus pontos de vista, contribuindo para fortalecer correntes baseadas na cooperação internacional.

Ampliando as abordagens de regimes para a esfera de governança global, entende-se que existem diferentes formas dos indivíduos e das instituições (pública e privadas)

³ “Keohane sustenta que uma distinção analítica básica precisa ser feita entre regimes e acordos. Os acordos são arranjos ad hoc, geralmente únicos e de curta duração. O propósito dos regimes, por sua vez, é facilitar os acordos. Da mesma forma, Jervis argumenta que o conceito de regimes “não implica apenas normas e expectativas que facilitam a cooperação, mas uma forma de cooperação que é mais do que atender o próprio egoísta de curto prazo.” (KRASNER, 2012, p. 94).

administrarem seus problemas com ações de cooperação que envolvem ONG's, sociedade civil, empresas multinacionais, provocando interação entre os meios de comunicação que possuem influência (LORENZETTI; CARRION, 2012 apud COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA, 1966).

Rosenau (2000, p. 14-16) distingue o conceito de governança e governo, para ele as duas abordagens visam a um objetivo. Porém, a governança é um fenômeno mais amplo do que o governo, abrange as instituições governamentais, mas implica em mecanismos informais, de caráter não governamentais fazendo com o que a sociedade tenha uma atuação de acordo com as necessidades e metas que a governança foi proposta. Ela só funciona se for aceito pela maioria, ou por atores fortes na área. Já o governo sugere atividades que são sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder da polícia que garante a implementação das políticas impostas, e que podem funcionar mesmo com oposição às suas políticas.

Portanto, a governança amplia as questões que envolve a interação dos atores, que se mantem interessados nas tomadas de decisões; se aproxima do conceito de regimes, porém, é mais amplo e global; e, a problemática ambiental se interliga com a governança, à medida que desafia as fronteiras e as soberanias dos Estados. Ao mencionar a problemática ambiental pode-se dar um enfoque sobre o conceito da governança ambiental, que envolve em suas políticas questões acerca da preservação ambiental, dando destaque para o uso sustentável dos recursos naturais. Segundo Elliott, (2004) “ a governança ambiental precisa ser cooperativa e coletiva porque a ação unilateral dos Estados, é em última análise, ineficaz em face da transfronteiridade e dos problemas globais, e ineficiente em face de problemas comuns”.

Assim, posto que sem uma governança global ambiental, é difícil se ver um avanço sobre a proteção ao meio ambiente, já que ela torna-se parte de uma solução para os problemas globais, com seu conjunto de regras e normas como ferramenta importante para a resolução dos problemas, exigindo o envolvimento de vários atores que se caracterizam pela cooperação. Dessa forma, mesmo com divergências, possuem um objetivo comum, que é trazer avanços nas questões que afetam os Estados ou regiões.

É essa construção que liga o meio ambiente às relações internacionais, posto que há demandas por ações conjuntas entre os atores, que geram discussões, conferências e criam organizações (instituições) específicas em questões ambientais, que estabelecem metas e objetivos sobre o meio ambiente.

1.2 Histórico da agenda internacional das últimas décadas

Com as intensas ações antrópicas sobre o meio ambiente, fez crescer a agenda de eventos internacionais de grande importância para o cenário global, contribuindo com o desenvolvimento da cooperação entre países para solucionar e/ou amenizar problemas humanitário, ambiental, econômico e social. As conferências internacionais de meio ambiente surgiram para estimular e consolidar a proteção do meio que vivemos, promovendo desenvolvimento sustentável, observando a integridade ambiental e o bem-estar dos indivíduos no presente e no futuro. Porém, essas conferências criadas pela ONU, as unidades de conservações, as leis de proteções ambientais que hoje se tem conhecimento, não surgiram de repente, houve uma série de acontecimentos e catástrofes que geraram consequências que afetariam não apenas, naquela época, os seres humanos de determinada região, mas também, no âmbito global, as gerações futuras.

Por isso, será abordado neste tópico uma síntese da evolução da importância do meio ambiente por década, iniciando-se nos anos de 1960, por ser claramente observada como uma década do despertar para a consciência ambiental, demonstrando os acontecimentos que colaboraram para que hoje as discussões sobre o meio ambiente tenham se tornado um dos temas mais importante em Relações Internacionais.

1.2.1 Década de 60

Inicia-se na década de 1960 as discussões sobre a preocupação ambiental. A este respeito, em 1962, tem-se a publicação do livro da autora Raquel Carson, “Primavera Silenciosa”, alertando sobre os impactos das ações humanas para o meio ambiente. Em 1968, surge a primeira proposta para a origem do Clube de Roma, reunindo um grupo de trinta economistas, cientistas e educadores, os quais produziram entre alguns relatórios, um emblemático, chamado “Limites ao Crescimento”, que alertou sobre os riscos do crescimento econômico, baseado na má utilização dos recursos naturais e para os limites da exploração do planeta (NASCIMENTO, 2012).

O relatório expõe que se os Estados continuassem com as mesmas taxas de crescimento demográfico, a utilização exacerbada dos recursos naturais e a alta poluição produzida pela industrialização, iriam ocasionar grandes impactos irreversíveis, como fome, escassez de recursos e altos níveis de poluição. Porém, acabou não sendo bem visto pelos países menos desenvolvidos (PED), que competiam para que seu desenvolvimento se igualasse aos países mais industrializados. Entretanto, foi muito importante para a construção de uma

conscientização mundial, colaborando também para que fosse realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. (NASCIMENTO, 2012). Em 1970, o Clube de Roma chegou a possuir 75 membros de 25 países, trazendo como motivação uma peça chave, que era a crença de que os políticos e cientistas haviam se tornado compreensíveis demais, a ponto de acreditar que o homem sempre conseguiria uma solução mesmo quando as coisas pareciam estar fora do alcance (MCCORMICK, 1922).

Com os efeitos gradativos da exploração de recursos naturais, as preocupações ambientais se tornaram mais amplas. Surgindo, assim, em Paris pela UNESCO, em 1968, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecida como Conferência da Biosfera, analisando o uso e a conservação da biosfera, juntamente com as ações do homem sobre ela e as possíveis causas como desmatamento, poluição da água (GOLDBERG, s.d).

1.2.2 Década de 70

Segundo Nascimento (2012), essa década ficou conhecida como a década da regulamentação e do controle ambiental, devido a Conferência de Estocolmo que passou a estabelecer legislações para o controle da poluição, como também normas para a preservação ambiental.

Em 1971, em Founex, na Suíça, foi realizado o Painel de Peritos em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no qual países em desenvolvimento e desenvolvidos discutiram os problemas ambientais. O relatório desse painel contribuiu para consolidar as bases discutidas na Conferência de Estocolmo (OLIVEIRA; FREITAS s.d, p. 61).

Realizada em Estocolmo na Suécia, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), sob o impacto do relatório do Clube de Roma, foi o primeiro evento internacional que promoveu discussões para debater as questões ambientais, trazendo notoriedade para os governos e para a sociedade, e facilitando a criação de regimes internacionais. A Conferência de Estocolmo, como também é conhecida, contou com a participação de 113 países e mais de 250 organizações não-governamentais, sendo transmitida mundialmente. Porém, mesmo com grande reputação internacionalmente, ficaram de fora a União Soviética e os países da parte oriental europeia, devido ao desprezo da ausência forçada da Alemanha Oriental, no qual não fazia parte do grupo dos Estados-membros da ONU (EDUARDO, 2012, p. 17).

Dessa forma, entre os documentos elaborados na conferência supracitada está a Declaração de Estocolmo, abordando critérios, e princípios como guia para a preservação do meio ambiente humano, promovendo a necessidade de preservar a fauna e a flora, combater a poluição, diminuir as substâncias tóxicas e fortalecer a cooperação entre os países, assegurando que as organizações internacionais (OI) realizem trabalhos eficazes no melhoramento para a conservação do meio ambiente (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

De acordo com o documento supracitado, no ponto 7, pode-se observar a necessidade da ação conjunta de todos os atores para se ter um maior alcance das aplicações de medidas sobre o meio ambiente, quando é relatado a necessidade de que todos (sociedade, instituições, empresas) participem dos planos e normas adotados para o meio ambiente, colaborando para melhores condições no futuro, e requer a cooperação internacional, como um meio para conseguir recursos que ajudem os países em desenvolvimento a cumprir com sua parte e obter um alcance mundial com a colaboração entre as nações.

Desse modo, os documentos tornaram-se marcos de importância para a preservação do meio ambiente, possibilitando a criação de novas ações internacionalmente, como por exemplo a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) 1972, que tem como “[...] principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras.” (NAÇÕES UNIDAS.ORG).

A conferência trouxe algumas consequências para o Brasil, em 1973, como a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que está ligada ao Ministério do Interior, abrindo espaço político para movimentos ecológicos em época de ditadura militar, ajudando a órgãos responsáveis para a conservação. No mesmo período, houve a criação de parques nacionais de conservação (DUARTE; 2013, p. 23).

Houveram grandes esforços para responder aos compromissos da declaração de Estocolmo, e com isso surgiram reações diversas dos países. No qual, os países subdesenvolvidos não aprovavam as adaptações na industrialização para o controle da poluição, pelo fato de terem sua base econômica focada na industrialização. Eles argumentavam que a pobreza e os problemas ambientais, não seriam resultados da industrialização, mas sim da falta dela (BENTES, 2005).

Segundo Bentes (2005), países do G7 começaram a discutir sobre a autonomia do Brasil na Amazônia. Com isso, o Brasil continuou a participar das atividades de fóruns internacionais e, em 1978, firmou com os países que compõem a região amazônica, o Tratado de Cooperação

Amazônica, com o papel de promover o desenvolvimento na região, sem causar danos ao meio ambiente.

1.2.3 Década de 80

A preocupação nesta década tomou destaque com os problemas relativos a produtos químicos e radioativos, devido a uma série de acidentes ocasionados nessa época como a explosão de uma indústria química na Índia (Bhopal, em 1984), ocasionando a morte de mais de duas mil pessoas, e 200 mil feridos; outro grande acidente, citado por muitos estudiosos, foi o vazamento na usina nuclear na Ucrânia (Chernobyl, em 1986), considerado o maior acidente nuclear do mundo. Este invadiu os países vizinhos, deixando também milhares de pessoas mortas, além de um grande número de animais mortos; por último, cita-se o derramamento de petróleo no mar do Alasca em 1989, poluindo praias e matando muitos animais (NASCIMENTO, 2012).

No Brasil, foi a década que as legislações mais específicas entraram em vigor, com o objetivo de controlar instalações das novas indústrias e impor exigências sobre as emissões de gases das mesmas. Para isso, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) colaborou com esse controle. Com os problemas ambientais relacionados ao desmatamento, foi aprovado a lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), devido ao desmatamento em grande escala. A lei tem como objetivo a melhoria na preservação e recuperação ambiental (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Em 1987, surgiu o Protocolo de Montreal, um tratado internacional com a preocupação de reduzir a produção e o consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio, estabelecendo que algumas substâncias fossem banidas. É o único acordo ambiental com adoção universal dos Estados, totalizando 197, assumindo assim o compromisso de proteção (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, s.d).

Com a preocupação para a conservação ambiental, um grupo de pesquisadores viajaram por diversos países, ouvindo milhares de pessoas incluindo líderes governamentais, cientistas, sociedade civil, com o intuito de entregar a ONU um relatório sobre a situação ambiental no mundo. Este grupo foi liderado pela primeira ministra norueguesa *Gro Harlem Brundtland*, no qual por isso ganhou o nome de “Comissão de Brundtland” (OLIVEIRA; FREITAS s.d, p. 63).

Foi realizado essa pesquisa, para mostrar que a preocupação com o meio ambiente é um problema mundial, e que as pessoas estavam dispostas a cooperar para a preservação do meio ambiente, e para um futuro mais seguro. Porém, é necessário identificar as causas, e métodos

para poder gerenciar de uma maneira que haja resultados construtivos para o desenvolvimento sustentável. Surge mais tarde o Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como Relatório de *Brundtland* (1987), também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, sendo considerado um marco para interação dos debates das questões ambientais e desenvolvimento nas relações internacionais.

Com o aumento da consciência ambiental, a questão das mudanças ambientais, acabaram se tornando também um problema de segurança, que foi incorporada no Relatório de *Brundtland*, que além de afirmar o conceito de segurança, contribuiu para que a mesma abrangesse para níveis local, nacional, regional e mundial (BARBOZA; SOUZA, 2010, p.127).

E aqui cabe um adendo, pois o debate sobre segurança está no cerne das relações internacionais, correlacionado com a segurança ambiental, que torna-se importante, na medida que implica na segurança e integridade da biosfera. Ainda na década de 1970, os debates sobre meio ambiente se ampliaram, passando a integrar os estudos de segurança. O termo “segurança ambiental”, exposto por *Thomas Homer-Dixon*, o qual se destacou como um dos primeiros e importante teórico nesta área, na época, quer dizer que:

É amplamente compreendida como segurança contra ameaças ambientais (natural ou causadas pelo homem) e problemas relacionados a escassez de recursos naturais que possam causar instabilidade nacional ou regional, fracasso do Estado, intervenção externa, ou colapso econômico (HOMER-DIXON, s.d, p. 8)

As mudanças ambientais, portanto, despertam interesse global e ocupam um lugar de destaque nas agendas internacionais, devido aos seus riscos e efeitos para o meio ambiente, afetando as espécies animais, os ecossistemas e a sustentabilidade, além de ser um problema considerado de segurança humana, já que perturbações ambientais como mudanças climáticas cada vez mais intensas vêm se tornando uma ameaça ambiental, que pode colocar em risco a sobrevivência e a qualidade de vida dos indivíduos.

Por conseguinte, a segurança humana acaba surgindo em 1990, e tem como objetivo a proteção dos indivíduos que sofrem ameaças, como a pobreza, as catástrofes e as violações aos direitos humanos. Pode-se citar que a escassez da água não irá necessariamente ocasionar uma guerra. Mas, pode acarretar na desidratação, causando a morte, diminuição da população, e afetar gerações futuras (LUI, 2004).

Para verificar os resultados obtidos desde Estocolmo, a Assembleia Geral da ONU, aprovou a realização de uma Conferência sobre meio ambiente, no qual o Brasil se ofereceu para sediar o evento, um dos motivos que levou a isso poderia ter sido o fato de que o Brasil começou a

sofrer pressão internacional, gerado pela repercussão internacional, ocorrida pela forte exploração ao meio ambiente da Amazônia com o avanço das queimadas, que provocaram mortes e deslocamento dos animais.

1.2.4 Década de 90

Foi uma década com umas séries de conferências mundiais, mas um marco importante nessa época foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Rio-92 ou Eco-92, contou com a participação de 178 países, realizado em junho de 1992, no Rio de Janeiro. O Evento foi realizado depois da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), confirmando que os danos ambientais causados pelo crescimento têm aumentado, e com isso elevado a temperatura média do globo, provocando grandes impactos ambientais e instabilidade nas economias nacionais (OLIVEIRA, 2012).

O Relatório também apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público, movendo ações com o objetivo de proteção ao meio ambiente, garantindo acesso a necessidades para gerações futuras (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Pode-se identificar uma abordagem para o meio ambiente e o desenvolvimento a seguir, no primeiro capítulo “*Threatened Future*”, um dos princípios do Relatório Nosso Futuro Comum (1987):

In most countries, environmental policies are directed at the symptoms of harmful growth; these policies have brought progress and rewards and must be continued and strengthened. But that will not be enough. What is required is a new approach in which all nations aim at a type of development that integrates production with resource conservation and enhancement, and that links both to the provision for all of an adequate livelihood base and equitable access to resources⁴.

A Conferência tinha como objetivos realizar uma avaliação sobre como estava o planeta nos últimos vinte anos, em relação a suas estratégias para evitar o avanço da degradação, procurando um equilíbrio sobre o meio ambiente. Foram firmados alguns acordos e convenções, como a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração sobre Manejo das Florestas, a Declaração do Rio e a Agenda 21, que se tornaram instrumentos para construção de um desenvolvimento sustentável.

⁴ Na maioria dos países, as políticas ambientais são direcionadas para os sintomas de crescimento prejudicial; essas políticas trouxeram progresso e recompensas e deve ser prosseguida e reforçada. Mas isso não será suficiente. O que é necessário é uma nova abordagem em que todas as nações visam um tipo de desenvolvimento que integra a produção com a conservação de recursos e melhoria, e liga tanto à disposição para todos de uma base de subsistência e de acesso equitativo aos recursos.

A Agenda 21, como principal documento aborda uma série de temas para alcançar o desenvolvimento sustentável global no século XXI, como a biodiversidade, as mudanças climáticas, os resíduos tóxicos e nucleares. Além de incluir ações de proteger a atmosfera, combater o desmatamento, prevenir a poluição da água e do ar, a Agenda 21 aborda também a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimentos e questões como mudanças climáticas. Para avaliar a implementação da agenda 21, foi realizada pela Assembleia Geral uma sessão especial chamada de “Cúpula da Terra +5” no qual além de revisar, recomenda adoção de metas para redução de gases do efeito estufa, como também o foco na erradicação da pobreza para o desenvolvimento sustentável (PORTAL DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016)

Os recursos naturais, bem como a biodiversidade são grandes potencias para o crescimento econômico, sendo a Amazônia o maior bloco de floresta tropical remanescente e grande berço da biodiversidade planetária. A Amazônia torna-se peça fundamental para o equilíbrio climático tanto regional como global, portanto é necessária uma aplicação comprometida de uma Agenda 21 nesta área, com atividades relacionadas ao manejo dos recursos naturais, com a criação de planos e programas para a conversação da região (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Pode-se perceber, que a Agenda 21 é uma base para que os países elaborem e implementem sua própria Agenda 21 nacional, buscando equilibrar o desenvolvimento econômico, com a proteção ambiental no âmbito internacional, intensificando a cooperação entre os Estados. Seja a Agenda 21 local, regional, nacional ou global, a proposta de todas é a cooperação para garantir a proteção ambiental (NASCIMENTO, 2012). A agenda, no entanto, perde a força devido à pouca vontade política por parte dos Estados de assumir os desafios propostos, tornando difícil o avanço e fortalecimento dos compromissos.

1.2.5 Década de 2000

Após dez anos da Conferência do Rio, ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs), conhecida também como Rio+10⁵. Realizada em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, com mais de 189 representantes de governos, junto com a sociedade civil e organizações internacionais e não governamentais, teve o compromisso de reavaliar as diretrizes da Rio-92 e avançar em discussões dos principais problemas ambientais globais. A discussão incluiu questões relacionadas às mudanças climáticas, ao

⁵ As Conferências são realizadas a cada 10 anos para análise dos avanços e retrocessos: Rio+10, Rio+20

crescimento da pobreza e aos seus efeitos sobre os recursos ambientais, como escassez de recursos hídricos; bem como conservação da biodiversidade, questões energéticas e, entre essas discussões, estava sendo proposto a ratificação do Protocolo de Kyoto (SENA, 2002).

No que concerne a esta última temática, vale lembrar que os Estados Unidos e outros países ricos recusaram a assinatura do Protocolo de Kyoto, que tem como objetivo promover a redução da poluição atmosférica e, como consequência, a diminuição gradativamente do efeito estufa.

Para a região Amazônica, a Cúpula provocou a necessidade da realização da II Reunião dos Presidentes da América do Sul, no qual foi realizado no Equador, em Guayaquil, em 2002, apresentando o Projeto de Declaração dos Países Amazônicos para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que reforçava a importância da região, reafirmando e declarando “[...] a necessidade de cooperação regional e internacional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (FIGUEIREDO, 2005, p. 472 e 473). Mas para a Amazônia, esses pronunciamentos, como observar-se-á no segundo capítulo, não foram úteis à proteção ambiental.

Além de contar com uma maior participação dos representantes da sociedade civil, a Rio+10 resultou no plano de implementação, trazendo avanços de temas como gêneros e saneamento básico, fazendo-se necessária a cooperação internacional e a presença de instituições multilaterais eficazes. A Rio+10 a Conferência produziu documentos, que reafirma os princípios adotados em Estocolmo e no Rio de Janeiro (O Compromisso de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável) e um Plano de Implementação; mas também resultou em poucos avanços, com declarações vagas no final da conferência, sem meios para cobrar as implementações das medidas aprovadas, muito embora para os representantes da ONU, importantes avanços foram realizados, como a ampliação do saneamento básico no mundo, e a redução do desmatamento (SENA, 2002).

A RIO+10 se tornou uma Conferência alvo de críticas devido à falta de resultados positivos em favor da preservação ambiental, provando que é necessária uma cooperação internacional com atores estatais comprometidos e instituições mais eficazes e responsáveis.

1.2.6 Década 2010 - Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012, conhecida como Rio+20, porque marcou vinte anos da Conferência Rio 92, procurou renovar os compromissos para o desenvolvimento sustentável. A Conferência teve

dois temas principais, a criação de um modelo de economia verde no contexto de desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza e a estrutura institucional, inserindo o multilateralismo como instrumento para a solução dos problemas ambientais para a sustentabilidade (RIO+20.GOV, s.d).

Com o objetivo de renovação dos compromissos das cúpulas anteriores para o desenvolvimento sustentável, e a interação dos pilares social, econômico e ambiental, contando com a participação da sociedade civil e de 188 delegações dos Estados-Membros, os compromissos assumidos incluem 50 milhões de dólares para um bilhão de pessoas terem um acesso à energia sustentável. O Brasil, como protagonista dessa conferência, contribuiu com o documento “O Futuro que Queremos”, que segundo o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o documento firma um bem-estar econômico e social trazendo a importância de questões de gênero, direito a água e comida e o combate à pobreza (RIO+20.GOV, s.d).

Para promover ações em prol do desenvolvimento sustentável, os países na Rio+20 concordaram em implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), desenvolvendo estratégias tanto para o financiamento que é necessário para atender os compromissos propostos, quanto para implantação em suas agendas nacionais. Houve também a criação de um quadro sobre a produção e o consumo responsáveis para os próximos 10 anos (Do Rio à Rio+20, 2012).

O tema sobre floresta não foi tratado com a devida importância na Rio+20, e o pouco que foi discutido observou-se no relatório inicial chamado de “Rascunho Zero”, que defendia a diminuição do desmatamento e não ao desmatamento zero. Apenas no documento final, essa perspectiva foi retirada, passando a solicitar a implementação urgente do Instrumento Juridicamente Não Vinculante Sobre o Manejo Sustentável de Todos os Tipos de Florestas, que foi adotado na Assembleia Geral da ONU apenas em 2007, com o objetivo de fortalecer o compromisso político na implementação da gestão sustentável das florestas (BEZERRA, 2012).

Para a agenda amazônica, a conferência não produziu metas concretas para a preservação florestal, de modo que foi pouco discutido, gerando polêmica posto que a região sofre com uma acelerada degradação ambiental, e, o Brasil que possui a maior área, se manteve neutro na agenda da Rio+20 (Do Rio à Rio+20, 2012). É necessário algo que faça os países adotarem as políticas internacionais acordadas nas conferências como parte do seu ordenamento interno, pois alguns países preferem se manter com seu crescimento econômico, do que implantar e promover a integração e recuperação das suas áreas florestais, apesar da importância da Amazônia para as relações internacionais, ao qual será mostrado no próximo capítulo.

2 IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Repercussão internacional sobre as questões ambientais traz uma maior percepção e ao mesmo uma preocupação maior para a região Amazônica, devido à grande devastação da região que se acelera em ritmo crescente, colocando em risco a sobrevivência de muitos.

A questão assume uma grande dimensão, surgindo questionamentos sobre a possibilidade do desenvolvimento sustentável na região Amazônica, no qual já existe políticas a respeito, mas esbarra com a falta de recursos financeiros (FIGUEIREDO, 2005, p. 417). Também a carência de fiscalização acaba dificultando um ambiente favorável para a proteção da região. O crescimento da agricultura, por exemplo, vem promovendo o aumento de queimadas e incêndios florestais, emitindo grande quantidade de CO² e outros gases à atmosfera, que além de reduzir a capacidade da floresta de absorver o sequestro de CO², contribui para o aumento dos efeitos das mudanças climáticas globais (AURODO; LORENCICI, 2012).

A Amazônia é um território que abriga a maior floresta tropical do mundo, com mais de 6,5 milhões de km², pelos territórios do Brasil, da Bolívia, do Peru, Equador, da Colômbia, Venezuela, Guiana, do Suriname, e da Guiana Francesa. Rica em extensão desperta olhares internacionalmente, e, portanto, tem grande importância dentro do globo.

Como exposto no capítulo anterior, o meio ambiente ganhou destaque com a ampliação da agenda internacional que “abriu portas” para os diálogos entre os Estados juntamente com as organizações e sociedade civil, com o propósito de discutir soluções e desenvolver metas para construir um equilíbrio nas questões ambientais do mundo. Entre os grandes debates sobre o meio ambiente, estão os enormes desafios que os problemas ambientais trazem a todos, e a região da Amazônia é destacada como importante neste cenário, devido ao aumento do crescimento econômico, que trouxe benefícios para a sociedade, mas, comumente, comprometeu grande parte dos recursos naturais, causando danos até mesmo irreversíveis no mundo.

Problematizar a questão do crescimento econômico em um meio ambiente que está em um processo constante de degradação, acaba intensificando uma crise ambiental, que tem como definição o que Estenssoro (2014, p. 25) observa, a saber:

O risco peculiar do impacto ambiental da civilização moderna, especialmente desde a industrialização acelerada do século XXI, é que este impacto é de tal magnitude e o potencial tecnológico é tão grande que os desequilíbrios que provocam põem em perigo

a sobrevivência das formas de vida onde a sociedade humana pode viver e reproduzir-se.

O que faz indagar, se é possível garantir a preservação ambiental ao lado do rápido desenvolvimento econômico, como já foi exposto no trabalho, que alguns países acabam não se comprometendo seriamente com as propostas para a diminuição das emissões de gases do efeito estufa devido ao processo de industrialização que pode lhe acarretar menor crescimento econômico. Essa relação tão questionável e ao mesmo tempo controverso, é bastante discutida pelos países em desenvolvimentos, como o Brasil que possui a maior extensão da Amazônia em seu território.

O bloco dos BRICS, no qual o Brasil faz parte, junto com Rússia, Índia, China e África do Sul são centrais para essa questão, pois possuem além dos grandes recursos ambientais, da Amazônia brasileira a cadeia do Himalaia (China e Índia), e o crescimento de suas economias, o que vem gerando expressivos impactos ambientais. No entanto, o bloco possui alguns objetivos na sua agenda social, como o de introduzir maneiras inovadoras para implementar a “economia verde”⁶. Porém, ao mesmo tempo acaba desempenhando um papel contrário devido à implementação de mega projetos de desenvolvimento que na maioria não possui nenhuma implantação sustentável, destacando a construção de grandes barragens na Amazônia brasileira, das quais geram sérios problemas ambientais à bacia amazônica (BRICS POLICY CENTER, s.d).

A Amazônia como território rico em grandes recursos naturais, torna-se uma “fonte” para a contribuição do desenvolvimento econômico, acompanhada de visíveis mudanças ambientais. Dessa forma, os debates sobre a sustentabilidade ambiental da Amazônia se intensificaram, desenvolvendo a criação de programas e projetos, como o Projeto Calha Norte e o Programa Amazônia Sustentável (PAS) que buscam a proteção e o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Neste capítulo também será abordado uma análise do perfil da Amazônia, mostrando os impactos devido a intensa exploração de seus recursos, bem com as causas para o desmatamento e a degradação ambiental, considerando a região como central para a crise ambiental, ao ponto que, a rápida destruição das florestas, tornou-se foco em discussões a nível interno e externo.

2.1 Perfil do espaço amazônico

⁶ Definido pelo PNUMA como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduz os riscos ambientais e a escassez biológica”.

Facilmente pode-se encontrar artigos e documentos sobre a Amazônia brasileira especificamente, ou também conhecida como Amazônia legal, a qual abrange apenas os estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão, Mato Grosso, e Tocantins). Porém, ao se referir a Amazônia, deve-se perceber como uma região que pertence a outras soberanias, e não apenas a restrita área brasileira. Portanto, essa grande região florestal agrega as conhecidas áreas da Pan-Amazônia, Amazônia Internacional, Amazônia Continental, ou Amazônia Sul-americana.

A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta, situada na região norte da América do Sul, estende-se por nove países: Brasil, com mais de 60% do bioma; Peru, com 13%; Colômbia 10%; e, Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa detêm cerca de 17% da floresta amazônica. A bacia do Amazonas que recorta por estes países a torna a maior potência de geração hidrelétrica e é vista como uma fonte inesgotável de recursos hídricos. Cada macrorregião possui sua estrutura institucional e suas particularidades sobre a região, equilibrando a sustentabilidade daquele meio ambiente (AMAZÔNIA SOBRE PRESSÃO, 2012). O mapa abaixo apresenta a cobertura do território amazônico dos países da América do Sul, demonstrado na cor verde.

Mapa 1 - Cobertura do território amazônico dos países da América do Sul



Fonte: Amazônia sobre pressão (2012)

A floresta amazônica é um ecossistema que possui vasto recursos naturais e culturais, além de fornecer mundialmente serviços ecossistêmicos⁷. Também abriga uma variedade de espécies de fauna e flora, possuindo algumas específicas que se desenvolvem nesta região, o que a torna uma reserva genética de grande importância mundial para a humanidade e de grande interesse estatal e internacional. Com a exploração desses recursos e o processo de degradação ambiental, a exemplo do desmatamento, impulsionado pelo rápido crescimento das atividades econômicas e de infraestrutura, tem se observado danos irreparáveis, como a perda da biodiversidade e a contaminação da água, que geram um “novo” cenário amazônico (PERSPECTIVAS DO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA, s.d), por sinal, nada sustentável.

Mas, segundo as organizações (PNUMA, OTCA, CIUP, s.d) que produziram o documento “Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia”, existem algumas áreas que não sofreram nenhum tipo de intervenção, o que torna um estímulo para os países se mobilizarem e desenvolverem práticas sustentáveis para a região, que se verá no terceiro capítulo.

Na década de 1970, deu-se início a um acelerado desmatamento na Amazônia Continental, e as causas estão associadas as intervenções antrópicas (humanas), que variam entre os países, e que se desenvolveu, sobretudo, com a construção de infraestrutura de estradas e rodovias e agricultura mecanizada, as quais levaram a perdas da biodiversidade e alteração do ciclo da água. Importa ressaltar também que o desmatamento da Amazônia e a queimada de suas florestas contribuem para a geração de gases do efeito estufa, de modo que o desmatamento compromete a capacidade de absorção de carbono e contribui para a liberação do gás por meio das queimadas, que afetam a qualidade do ar e o bem-estar humano, acarretando doenças entre a população, como a febre amarela, a malária e o mal de Chagas, que estão associadas às mudanças no uso do solo (PERSPECTIVAS DO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA, s.d).

No Brasil, a pecuária extensiva é o que predomina para o desmatamento, seguido da agricultura mecanizada e a extração de madeira. Já na Bolívia e na Colômbia, a transformação das florestas em terras agrícolas é a principal causa, sendo que na Bolívia, nos últimos anos, a pecuária é a causa mais importante do desmatamento. Enquanto o Peru tem, como principais causas, as atividades minerárias, petroleiros e a abertura para as construções dos dutos, o Equador, por sua vez, apresenta a exploração petroleira que abre caminho para a exploração madeireira. A expansão de cultivos ilícitos de coca torna-se também uma importante causa para o desmatamento, na Colômbia, na Bolívia e no Peru (AMAZÔNIA SOBRE PRESSÃO, 2012).

⁷ São os benefícios que as pessoas obtêm da natureza direta ou indiretamente através dos ecossistemas (OECD, 2014)

Já nos Estados Guiana, Guiana Francesa e Suriname, um dos motivos que causam o desmatamento e a degradação florestal é o crescimento das exportações de madeira e o grande cultivo para a produção de biocombustíveis. E na Venezuela, está ligado com as atividades ilegais de extração mineral e com o turismo (AMAZÔNIA SOB PRESSÃO, 2012).

Nos países da Amazônia, existe uma grande demanda pelo petróleo e gás, que decorrente da sua exploração, causam impactos na qualidade da água e do ar, no solo, na proliferação de doenças, no nível da erosão, no habitat e, conseqüentemente, nas variedades de espécies (CORREA; ESCLASAMS, 2011 apud AMAZÔNIA SOB PRESSÃO, 2012, p. 24). De acordo com o relatório da Rede Amazônica (RAISG), existe 327 lotes petrolíferos com potencial de exploração, ocupando 1,08 milhão de km² ou 15% da Amazônia. Por mais que se tenha projetos, leis para essas áreas florestais, há um déficit de políticas práticas para a conservação sustentável dos recursos dos países amazônicos.

No quadro geral abaixo, pode-se verificar uma diminuição do desmatamento do período de 2005 para 2013 na região amazônica, exceto na Venezuela, no qual apresentou aumento na sua taxa de desmatamento. Acredita-se que tais mudanças podem ter relação com uma pressão maior das unidades de sistemas de proteção nesse período.

Quadro 1 - Taxa de desmatamento

Países	Área amazônica no território em km ²	Taxa de desmatamento		
		2000-2005 (km ²)	2005-2010 (km ²)	2010-2013 (km ²)
Bolívia	480.000	4.614	3.733	2.049
Brasil	5.000.000	101.138	57.399	15.395
Colômbia	483.164	3.446	6.167	1.684
Equador	116.588	487	424	216
Guiana	192.405	785	821	125
Guiana Francesa	83.195	295	257	248
Peru	783.000	6.680	7.225	2.306
Suriname	150.254	194	263	144
Venezuela	469.000	890	1.521	1.742
Total Amazônica	7.325.506	118.530	77.809	23.909

Fonte: Dados aproximados do relatório “Desmatamento na Amazônia” (2015)

2.1.1 Desmatamento na Amazônia boliviana

A Amazônia boliviana abrange cerca de 480 mil km², compreendendo cerca da metade da superfície do país. É constituída por um extenso mosaico de florestas, savanas de inundação e florestas semi-úmidas de transição para o cerrado. O desmatamento na Bolívia foi discreto até os anos de 1980, com ocupação de terras através da colonização, da expansão de terras para a agricultura mecanizada e do aumento do cultivo de coca em algumas zonas. Em 1990, a legislação florestal foi renovada, com o objetivo de alcançar um uso eficiente e sustentável da região, tornando algumas porções como áreas protegidas (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

A agricultura mecanizada, a de pequena escala, e a pecuária são apontadas como as três principais causas do desmatamento entre 2000 e 2013. A agricultura mecanizada com a produção de soja, cana de açúcar, arroz, girassol para exportações, com o baixo custo atraíram importantes investidores argentinos e brasileiros. Porém, esse tipo de agricultura, como contribuição para o desmatamento, caiu 20% nos anos 90 para os dias de hoje. A agricultura em pequena escala constitui a transformação da produção manual de milho, arroz, cacau, mandioca, coca, café para pequenas extensões com derrubadas e queimadas. Essa causa manteve-se estável entre 15% e 20% de 1990 até 2010 (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

A consequente expansão da fronteira agrícola, com métodos mecanizados, se torna uma ameaça para a região da floresta boliviana. E o Estado acaba desenvolvendo uma agenda para o manejo sustentável das florestas, com isso há a agenda que atua na interação e adaptação de planejamento do uso de terra nas florestas, como a Lei Marco da *Madre Tierra*. Porém, se concentra em comunidades indígenas, preocupados mais com a manutenção das florestas dentro dos seus territórios indígenas (TI) e não com a redução direta do desmatamento. Um dos desafios para a Bolívia está na relação agraristas e ambientalistas, que se preocupa mais com as questões de produção, do que com a preservação ambiental (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Na pecuária, há um amplo cultivo de pasto, que é grande sobre desmatamentos ilegais, em que a produção abastece além do foco para o mercado nacional, mercados internacionais, com grande destaque para o Estado peruano. A pecuária no começo de 2000, tornou-se a primeira causa de desmatamento do país, e há uma estimativa que entre 2005 e 2010 foi o responsável por 60% dos desmatamentos (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Apesar de tudo isso, o governo começou a tentar modificar suas políticas públicas relacionadas ao desmatamento a partir de 2006, porém, se depara com o fraco sistema institucional (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

2.1.2 Desmatamento na Amazônia brasileira

A Amazônia brasileira compreende cerca de 5 milhões de Km², composta pelo bioma Amazônia (com 4,2 milhões de km²), savanas, grandes extensões de solo arenosos; possui uma divisão hidrográfica importante, se revelando como riqueza hídrica, que desperta interesse internacional. Também conhecida como Amazônia Legal, uma invenção geopolítica, no qual a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a descreve, sendo formada por conceitos políticos, que limita a região ao território nacional, promovendo o seu desenvolvimento sustentável (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Planos foram estruturados e tomaram formas no marco da Constituição Federal de 1946, derivando a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que promovia tanto a ocupação quanto o desenvolvimento econômico da região amazônica, com incentivos para a agricultura e pecuária. Um dos projetos foi a construção da Rodovia Belém-Brasília, sendo a primeira conexão viária da região com o resto do país, inaugurando o primeiro processo de ocupação e obtendo como consequência a degradação socioambiental da Amazônia. De acordo com o Plano de Integração Nacional (PIN), com o processo das rodovias que atravessariam a floresta, o governo propôs que se povoassem as terras férteis, estabelecendo um programa de reforma agrária com uma faixa de 10 km de cada lado dessas rodovias, mas alguns projetos de colonização que foram criados, fracassaram e deixaram um resultado que levou a grandes impactos ambientais na região (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Segundo o documento sobre o Desmatamento na Amazônia, já por meados dos anos setenta, grandes empresas se interessaram pela exploração de minérios e na exploração madeireira na Amazônia, o que tornou um indutor para o desmatamento, alcançando 169,9 km² de área desmatada neste período. Os investimentos para a infraestrutura, proprietários de empresas e colonos contribuíram de alguma forma para o impacto ambiental na região. O ano de 2013, ficou marcado pelo agravamento do desmatamento amazônico, aumentando em 10% no ano seguinte. Com esse agravamento, houve a necessidade de elaborar ações para combater esse desmatamento desenfreado, sendo posto em ação pelo Governo Federal, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, no qual uma das suas ações foi restringir os títulos que não tinham comprovante de legalidade da sua origem, combatendo a apropriação de terra indevida. Foi criada também unidades de conservação da natureza, operações de fiscalização sobre as empresas ilegais de madeireira. Foram mais de 1 milhão de metros cúbicos de madeira confiscados e com esse plano pode-se perceber uma melhoria na

redução do desmatamento entre 2004 e 2010 (exceção de 2008), a redução nesse período foi de 74,8%.

São vários os fatores diretos e indiretos que contribuem para o desmatamento, como as exportações de soja, carne que são cultivados na Amazônia, a exploração mineral, exploração madeireira que leva a extinções de espécies de grande valor, entre outras que se transforma em grandes desafios ambientais para a região, visando a necessidade de criação de ferramentas que contribuem de forma eficaz para o desenvolvimento sustentável.

As atividades de exploração mineral produzem impactos cada vez maiores e irreversíveis, colocando em risco a saúde da sociedade, com a contaminação da água por metais pesados, como mercúrio, que produz sequelas de longa duração, o que remota a preocupação com a segurança humana (AMAZÔNIA SOB PRESSÃO, 2012, p. 30).

Quando a exploração florestal é planejada de forma legal, não representa uma ameaça para os recursos da região amazônica, existe legislações para os países que compõem a floresta, que regula o acesso aos recursos, impondo algumas regras para o controle sustentável da região. Além dos sistemas nacionais de cada Estado, os países podem adotar medidas alternativas para a preservação da biodiversidade (PERSPECTIVA DO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA, s.d, p.85).

Em 2009, o Brasil comprometeu-se a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa de forma voluntária em até 38,9% até 2020. Como também a redução de 80% das taxas anuais de desmatamento na Amazônia brasileira em relação à média dos anos de 1996 a 2005. O desmatamento entre 2000 e 2013 alcançou os 173.933 Km², correspondendo cerca de 4,8% da floresta original, sendo a perda maior de 2000 a 2005, com 101.138 Km², e de 2010 a 2013 a perda foi de 15.395 Km², podendo perceber que houve uma redução considerável do desmatamento a partir de 2006 (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

2.1.3 Desmatamento na Amazônia colombiana

A Amazônia colombiana possui 483.164 Km² de extensão, cerca de 6,2% da Amazônia. Além de se destacar pela riqueza paisagística e por sua importância hídrica, é uma das regiões com grande concentração de biodiversidade. Entretanto, a região amazônica colombiana apresenta condições climáticas e acesso geográfico difíceis; também tem sido ocupada por grupos indígenas; e, por ser considerada uma região isolada, possui poucas políticas de controle florestal. A região não possui um número alarmante sobre o desmatamento, mas possui uma taxa de aumento. Uma das principais causas da perda de cobertura florestal é a expansão da

fronteira agropecuária, mineração, colonização, construção de obras, cultivos ilícitos, incêndios florestais e produção madeireira, trazendo perda da biodiversidade, redução da massa florestal e alteração hidrológica (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

No fim dos anos 80, nas zonas de colonização da Amazônia, os cultivos do gado e floresta foram substituídos por cultivos de coca ilícitos. No começo do século XXI, o governo colombiano começou a tomar providências contra o cultivo de coca, através de programas de fumigação aérea e erradicação manual, transformando as terras para a pecuária, e a produção de feijão (AMAZÔNIA SOB PRESSÃO, 2012, p. 13)

De acordo com o documentado supracitado em 2000, a Amazônia colombiana contava com um desmatamento de 34.637 Km² de floresta, cerca de 7,4%. Nos anos 2000-2010 alcançou 9.613 Km², já de 2000 a 2005, com 3.445 Km², podendo perceber uma perda sobre o desmatamento. No período de 2010-2013 a área desmatada foi de apenas 1.684 km², uma perda de 0,36% sobre a floresta original.

Ainda conforme esse documento, a Colômbia tem um compromisso internacional de taxa líquida de desmatamento zero para 2020, de acordo com a política da “Visão Amazônica 2020”. Porém, é uma região que não tem políticas de desenvolvimento específicas para tal compromisso.

2.1.4 Desmatamento na Amazônia equatoriana

A região amazônica no Equador abrange cerca de 116.588 km². Seguindo o limite político-administrativo, representa 45% da superfície do país, e menos de 2% da macrobacia amazônica. A região compreende grandes ecossistemas, com florestas inundáveis e montanhosas. O bioma amazônico cobre uma superfície aproximada em 103.426 km². Estima-se que tenha perdido 10.470 km² entre 1970-2013 das florestas originais, ocorrendo uma perda maior durante 2001-2005, com desmatamento de 487 km²; entre 2005-2010, perda florestal de 424 km²; e, 216 km² no período de 2010-2013 (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Ainda com o mercado negro de terras e a exploração da madeira que ocorria na região, a causa mais relevante que modificou a região amazônica equatoriana foi a exploração e transporte de petróleo no nordeste da região, que deu início em 1967 com o início da exploração do Lago Agrio. Devido ao avanço da fronteira desses recursos, e a agropecuária não sustentável, foi colocado políticas de conservação das áreas protegidas que tinham importância biológica. Porém, essas áreas apresentaram expansão no desmatamento, com a mudança do solo e a perda

da cobertura vegetal, que foram prejudicados por causa das intervenções para facilitar a exploração e transporte do petróleo (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015, p. 29).

De acordo com um estudo da *Ecology and Evolution*, a pesquisa relata que o alargamento da extração de petróleo na região amazônica pode ameaçar a sobrevivência de grandes ecossistemas e espécies únicas, podendo afetar não apenas o Equador, mas também países como Colômbia, Peru e Bolívia. O Equador já possui 30% nas mãos de empresas petrolíferas, e se o governo conceder a ampliação da exploração de petróleo, esse número pode chegar a 70%, deixando a região mais vulnerável aos impactos ambientais. A pesquisa propõe aumentar a proteção em áreas específicas e explorar outras opções de conservações (CIENTISTAS APONTAM QUE PETRÓLEO AMEAÇA 745 ESPÉCIES NA AMAZÔNIA EQUATORIANA, 2016).

2.1.5 Desmatamento na Amazônia peruana

A região amazônica peruana cobre 783 mil km², representando 60,9% da superfície do país, também é drenada por rios abundantes e com diferentes tamanhos, com variedade de ecossistemas e diversidades de espécies de flora e fauna de alto valor, o que os torna prioridade para a conservação florestal interno e externo. Na Amazônia peruana existem 28 sub-bacias, das quais as que perderam maior porcentagem de sua cobertura florestal foram as dos rios Alto *Marañón*, e Huallaga (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Com a extração da seiva para a fabricação da borracha para pneus, ocasionou-se uma grande exploração desse recurso, para fins comerciais, sendo exportada para a Europa e Estados Unidos, pelo rio Amazonas, demandando da mão de obra de indígenas em condições escravizadas. Mas foi a partir de 1910 que a exploração da borracha diminuiu, deixando a economia da região oscilando. Já nos anos quarenta, com a infraestrutura das rodovias, facilitou-se a migração de colonos, pois viam nessas áreas terras com grandes riquezas, e com as políticas de Estado, contribuindo para essa migração e ampliação da fronteira, ocorreu uma maior quantidade de queimada e corte da floresta, entretanto, sendo caracterizados como atos civilizatórios, ou seja, atos legais. A região passou a ser vista como oportunidade para investimentos agropecuários. Em uma análise do desmatamento, a área peruana original que era delimitada por 783 mil km² durante o período de 2000-2005 apresentou um desmatamento de 6.680 km² e entre 2005-2010 um de 7.225 km², o que equivale a cerca de 2% de perda da floresta amazônica (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Com isso, surgiram projetos que viabilizaram o desenvolvimento sustentável na região, como a criação da conservação do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas do Peru (SINANPE), que durante os últimos 25 anos criaram 39 áreas de proteção, cobrindo 188 mil km², conseguindo frear no rápido desmatamento da região. Há um destaque também para o Programa Nacional de Conservação de Florestas, que busca reduzir a taxa de desmatamento a zero em 10 anos, mesmo com uma projeção futura exposta no relatório de que em 2020 serão desmatados outros 16.330 km² da floresta amazônica (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015, p. 35).

2.1.6 Desmatamento na Amazônia venezuelana

Essa região é conhecida por abranger uma grande diversidade de comunidades biológicas com altos níveis de endemismo, ou seja, espécies específicas para aquela determinada região, e uma vegetação com predominância de árvores de grande porte. Ocupa os estados Amazonas, Bolívar, e Delta Amacuro, com aproximadamente 469 mil km² de superfície florestal, ocupando cerca de 52% da superfície terrestre do país. Já em 2000, a extensão passou para 398 mil km², estimando-se que havia perdido aproximadamente 8.900 km² das suas florestas originais, e de 2000 a 2013 em torno de 4.150 km², relatando que o desmatamento não foi constante nesse período (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015, p. 37).

Segundo dados do documento da Rede Amazônica “na década de 80, o desmatamento na Venezuela chegou a ser o dobro do Brasil, e três vezes maior que a do Peru, tendo sido o país tropical com maior taxa de desmatamento” (RAISG, 2015, p.37) dessa época. As principais atividades transformadoras até 2000, foram a mineração legal do ferro e alumínio, como também o desenvolvimento da infraestrutura de barragens e estradas.

Alguns fatores contribuíram para o desmatamento da região, como a mineração ilegal e legal (extração de ouro, diamante, ferro, bauxita); aumento e consolidação dos assentamentos nos estados do Amazonas e Bolívar e a expansão agrícola, com cortes ilegais, infraestrutura, atividades petroleiras, incêndios florestais e atividades turísticas. E a estimativa é que a taxa de desmatamento aumente, se tornando a maior até o presente momento.

2.1.7 Desmatamento na Amazônia da Guiana, Guiana Francesa e Suriname

Guiana, Guiana Francesa e Suriname integram a Amazônia, com uma abrangência de 465 mil km² da região. Esses três países são poucos povoados, e possuem alta cobertura

florestal, com baixo desmatamento, e conservam uma alta porção da floresta original. Estima-se que o desmatamento acumulado em 2000, chegou a mais de 10 mil km² e, entre 2000-2013, alcançou mais de 3 mil km² (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015, p. 41).

Na Guiana, as taxas de desmatamento que antecedem 2000 eram insignificantes, devido ao corte de madeira, da mineração e da conservação para agricultura. Entretanto, houve mudanças nos anos noventa com o interesse de grandes empresas mineradoras pelo país, o que a tornou como o responsável pelos impactos dos recursos na região florestal. Exemplo disso é o aumento do desmatamento em relação a 1990-2009 que foi de 0,03% e depois das grandes empresas mineradoras subiu para 0,06% entre 2009 e 2010. (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Em Suriname, as atividades agrícolas e as plantações eram desenvolvidas em uma zona costeira. Em 2000, foi encontrada pouca ameaça sobre a destruição florestal. O principal fator para a degradação nesta região é a mineração pequena, média e em grande escala, como também a extração da madeira, a infraestrutura, a agricultura, os projetos imobiliários e os incêndios florestais. Na Guiana Francesa, a taxa de desmatamento é mínima, não houve exportações de madeira, e a procura por ouro em pequena escala foi considerada insignificante para a modificação da taxa. A mineração nesta área, causou impactos nos rios, o que fez com que em 2012, a mineração ilegal se tornasse uma ameaça para a floresta amazônica (DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA, 2015).

Tais países recebem monitoramento de leis e sistemas que fazem relatórios sobre o desmatamento, seus impactos florestais. Mas com as ameaças que vem crescendo na região, essas políticas não são suficientes para desenvolver e adotar práticas de valor significativo em prol do desenvolvimento sustentável.

Em relação a pecuária extensiva, o documentário “COWSPIRACY- O Segredo da sustentabilidade” (2014)⁸, aponta a pecuária como a principal causa para o aquecimento global, e seus graves impactos no mundo. Para o ambientalista a criação de gado, produz mais gases do efeito estufa do que as emissões de todo o setor de transporte, pois o gado produz grande quantidade de metano no seu processo digestivo, e esse gás é 86 vezes mais destruidor do que o dióxido de carbono dos veículos. Ele revela na sua pesquisa que um acre da floresta é desmatado a cada segundo, devido ao pasto de animais e a plantação de grão para sua alimentação, equivalente a um campo de futebol inteiro desmatado, o resultado dessa destruição, são cerca de 100 espécies de plantas, animais e insetos que são perdidos. O espaço

⁸ Documentário dirigido e produzido por Kip Andersen e Keegan Kuhn

amazônico detém uma região muito promissora, em razão das plantas por exemplos, muitas delas medicinais que podem ser usadas para criar soluções para algumas doenças. Entretanto, em uma pesquisa da *Amazon Watch*, os impactos das causas, para as alterações climáticas, podem resultar na extinção da floresta amazônica nos próximos 10 anos.

2.2 Geopolítica e internacionalização da Amazônia

A Amazônia Continental sempre repercutiu internacionalmente como uma área de grande interesse. Além de possuir riquezas consideradas inesgotáveis, as relações de territorialidade da Amazônia a colocam no centro dos desafios para o cenário internacional nas questões que envolvem a prática ao desenvolvimento sustentável. É nesse contexto que a Amazônia sofre pressões externas e torna-se alvo de interesse mundial.

Com o processo de ampliação e difusão dos assuntos relacionados ao meio ambiente que tomou significância com a Conferência de Estocolmo em 1972, os países que integram a Amazônia Continental começaram a se pronunciar sobre o controle da região em razão de como as consequências da degradação ambiental podem afetar o cenário amazônico, a exemplo da maior intensidade das mudanças climáticas no mundo (CALDERÓN, 2007 apud BECKER, 2005; SILVA, 2004).

A discussão tomou força no início de 1980, com as campanhas de grandes organizações internacionais que vendo a complexidade dos impactos ambientais transformou os problemas ambientais amazônico em problema de política internacional, entretanto, centralizaram essa problemática em “conservacionista”, ou seja, as pressões internacionais aumentaram, para poder ocorrer políticas que implantassem delimitação às áreas protegidas. A Amazônia tornou-se o centro da preocupação a partir dos anos da Conferência da Rio-92, no qual a bacia amazônica passou a contar com uma centena de áreas protegidas (BENTES, 2005).

No cenário internacional ambiental, tem-se como atores principais, as organizações internacionais, instituições regionais e nacionais, os ambientalistas, cooperações entre os países e agências de diversos países que contribuem para a criação e desenvolvimento de projetos que motivam o desenvolvimento sustentável. Com a transformação das políticas de preocupação da Amazônia para um problema internacional, esses atores, com o objetivo de contribuir para uma estabilidade ou redução dos impactos ambientais, se multiplicaram, no qual muitos possuem influências sobre as decisões que correspondem ao Estado.

Uma visão mais diferenciada em relação às preocupações ligadas à região amazônica é a de Becker (2005). Esta se preocupa com a inserção econômica da região e com seu novo

significado geopolítico em âmbito global de fronteira de capital natural. Para ela, as medidas que foram tomadas para o desenvolvimento socioeconômico não se enquadram às necessidades específicas da Amazônia, resultando em um desmatamento e desperdício de recursos naturais que poderiam ter sido evitados se houvesse investimento, em Ciência e Tecnologia, voltado para região.

Com a problemática ambiental sobre a Amazônia, surgem discussões e demanda de mecanismos para regulamentação da cooperação para a região, verificando a importância da interação entre os Estados e demais atores internacionais presentes na região; além de debates sobre a sustentabilidade e acerca da soberania nacional de cada região da Amazônia sobre seu papel geopolítico, no qual é adotada pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que defende a soberania de cada país amazônico para a proteção de seus recursos, que será estudada a seguir.

3 ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

Devido as transformações ambientais crescentes em um cenário global instável, em vista das intensas explorações antrópicas dos recursos naturais, que causam alterações estruturais⁹ na Amazônia; some-se a isso, as tentativas individuais dos países da região em alcançar resultados favoráveis a nível de desenvolvimento sustentável, não sendo suficientes para conseguir tal desenvolvimento prioritário à região, levaram os Estados amazônicos a buscarem ações de atuação conjunta, isto é, por meio da cooperação internacional. Nesse sentido, esse capítulo irá analisar os aspectos que levaram a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, bem como o caminho que percorreu para a criação da OTCA, detalhando os aspectos mais importantes de sua atuação.

3.1 Surgimento do Tratado de Cooperação Amazônica

Face à pressão internacional, em relação a região amazônica, o Brasil tomou a iniciativa de propor uma cooperação regional, mediante a construção de um Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e Fauna Amazônica, firmado pelo próprio, mais a Bolívia, Colômbia, o Equador, Peru e a Venezuela, em 1975, ajudando com a discussão referente àfre Pan-Amazônia. Em março de 1977, o Brasil consultou os países sobre a possibilidade de um acordo regional, no entanto, a Venezuela, não se mostrou interessada, pois desconfiava dos verdadeiros interesses brasileiros. Mas, em julho do mesmo ano, o presidente Carlos Andrés Péres mostrou interesse a favor da cooperação Pan-Amazônia e, em novembro, oficializou a sua participação no tratado (FARIA, 2016).

Desta maneira, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi aprovado em Brasília, no dia 3 de julho de 1978, pelos países que integram a Pan-Amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname. São considerados alguns motivos que levaram os países a firmar um acordo de cooperação internacional, entre eles está o processo de internacionalização¹⁰ da região amazônica que começou a ganhar força, deixando

⁹ Diminuição do território amazônico dos países, decorrente da intensa exploração dos recursos naturais, onde áreas são devastadas, muitos animais perdem seu ambiente, o que contribui para um grande número de animais ameaçados de extinção.

¹⁰ A Amazônia é a maior floresta do mundo, possui maior fonte de água doce e riqueza biológica, que acaba se tornando interesse de outros países. Por ela ser um dos patrimônios ambientais mais importante do mundo, vem

os países da região preocupados em relação à soberania do seu território e aos recursos naturais, fazendo do tratado um instrumento para afastar essa internacionalização (ANTIQUERA, 2006).

Assim sendo, a criação da TCA, além de possuir motivos políticos e econômicos, surge com o objetivo de criar ações conjuntas para promover o desenvolvimento consensual, preservando seus recursos naturais, como consta no artigo primeiro do Tratado:

As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios (TCA, 1978, p. 1). Se não tiver página, coloque s.p.

Depois do êxito da criação do tratado, suas implementações sofreram poucos avanços. A partir de 1978 a 1989 foi a fase de expor internacionalmente o domínio que os países da Amazônia mantinham sobre ela, portanto, deu-se início as primeiras reuniões de Ministros de Relações Exteriores (MRE), a saber: em Belém, no Brasil (1980); em Santiago de Cali na Colômbia (1983); e, a Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica em 1980, também em Belém, marcadas pela falta de atividades relevantes, que não adotavam projetos multilaterais, pois os membros da TCA estavam envolvidos com questões internas, porque nessa época ocorria o processo de transição da democracia e a reforma política, prejudicando os avanços acordados inicialmente. Essas reuniões do MRE ocorrem neste órgão, o qual é supremo para a cooperação amazônica, e que avalia o andamento dos projetos e toma decisões acerca da região (RODRIGUES, 2008, p. 15).

De 1989 a 1994, foi a fase de incentivos e fortalecimento político, com reuniões de presidentes marcando a renovação dos compromissos políticos firmados pelos membros, que aderiu o conceito de desenvolvimento sustentável e criou comissões especiais, ampliando suas ações na Saúde (1988), Infraestrutura, Educação e Turismo, Ciência e Tecnologia (1988) e no Meio Ambiente (1989) e Assuntos Indígenas (1989). Nesse contexto, inicia-se o estabelecimento de canais de cooperação entre os governos amazônicos, contribuindo para a troca de experiências e para captação de recursos financeiros. De 1994 a 2002, ficou marcado como a fase de amadurecimento institucional, onde ocorreu a criação da Secretaria Permanente do TCA e o fortalecimento dos objetivos do Tratado, instaurando uma Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (RODRIGUES, 2008, p. 16).

a necessidade de proteger essa região. E com a dívida externa brasileira, os outros países queriam como pagamento os recursos naturais da Amazônia, onde utilizaram da dívida para conseguir os recursos que são bases para diferentes tipos de indústrias.

O Tratado de Cooperação, dessa forma, começou com bastante vigor, porém com o passar dos anos perdeu a visibilidade, passando quase uma década sem funcionar com efetividade para a cooperação entre os países; lembrando que foi proposto como indispensável no próprio tratado, mas, mostra-se somente servir para aproximar as relações entre os países da região, sem o cumprimento de ações mais concretas, limitando seu caráter inicial.

Em meio a fraca função do tratado, se viu a necessidade de institucionalizar o TCA, ou seja, estabelecê-lo como organização, para que se conseguisse dar andamento a projetos e receber apoio financeiro necessário para adotar o desenvolvimento sustentável amazônico, abrangendo sua importância no contexto internacional de modo que os países membros fortalecessem sua união, tratando de forma satisfatória o patrimônio florestal (Amazônia).

3.2 Apresentação e atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

A transformação do TCA para uma organização objetiva uma cooperação que constitui interesses comuns, buscando o progresso de suas ações. Dessa forma, depois de 24 anos do TCA, os membros dos países amazônicos decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em 14 de dezembro de 1998, por meio do Protocolo de Emenda do TCA, que entrou em vigor em agosto de 2002, substituindo a Secretaria Pro Tempore, formados por países membros, para uma Secretaria Permanente, sediada em Brasília, no que representou grande abrangência no reconhecimento da importância da Amazônia mundial, exercendo autonomia sobre o rumo do Tratado (FARIAS, 2016, p. 230).

Com relação a alguns de seus órgãos, a Secretaria Permanente é um executivo encarregado de implementar os objetivos previstos desde o tratado. A frente dessa secretaria está o Secretário-Geral, que é necessário ser natural de um país membro, porém seu sucessor não pode ser concidadão do que ocupou o cargo anteriormente, a escolha se dá por unanimidade realizada na reunião dos MRE, com mandato de três anos e possibilidade de reeleição. Ele é auxiliado por dois diretores, executivo e administrativo e por um assessor jurídico, além de coordenações que trabalham nas comissões especiais, que são divididas em cinco grupos, segundo o relatório de gestão da OTCA (2005-2006):

a) Coordenação de Meio Ambiente - atua na busca pela conservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com mecanismos para executar projetos e atividades que colaborem com o desenvolvimento adequado. A Amazônia sofre com a intensa expansão

agrícola e da pecuária, onde já possui algumas áreas de risco. Com isso, a organização nessa área tomou um crescente fortalecimento com algumas atividades desenvolvidas, como a Agenda Comum da Amazônia, Programa Biodiversidade, Aplicação da Legislação Florestal na Amazônia, alguns desses projetos com execução a longo prazo.

b) Coordenação de Saúde - propõe a articulação com os países para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medidas para adoção da inclusão social, intervenção e combate a doenças como malária, posto que 90% dos casos correspondem a região amazônica, como também a prevenção e o controle de epidemias (tuberculose, HIV, entre outras) e adoção de medidas sobre a preservação do ecossistema amazônico. Na Amazônia, as crianças morrem por problemas relacionados à diarreia e doenças respiratórias devido às áreas de extração mineral, quando não, apresentam sequelas por contaminação de produtos químicos. Algumas atividades relevantes nessa área foi a Cooperação Técnica da Organização Pan-Americana de Saúde, coordenação de ações conjuntas, início de uma via virtual de comunicação referente a temas como saúde nas fronteiras, saúde ambiental e o combate a doenças.

c) Cooperação de Ciência, Tecnologia e Educação - iniciativa de troca de experiências para a região amazônica, desenvolvendo atividades voltadas à tecnologia e ciência, estimulando atividades educacionais. Uma das atividades relevantes foi o apoio ao processo de reformulação da UNAMAZ (rede de instituições de ensino superior dos países amazônicos, voltados para cooperação científica) e a reativação do projeto do Parlamento Amazônico.

d) Coordenação de Assuntos Sociais, Transporte, Infraestrutura, Comunicação e Turismo - é um importante instrumento que desenvolve atividades que promove o desenvolvimento sustentável dos países membros, como a proteção da biodiversidade. Promove instalações de transporte e infraestrutura que facilitam a mobilidade da população, não agredindo o meio ambiente. O turismo sofreu com fracas instituições da região, que não tinham planejamento que buscasse de forma sustentável as atividades turísticas para a Amazônia, na qual possui regras de responsabilidade ambiental. Com essa coordenação, passou-se a elaborar e implementar na gestão um plano de desenvolvimento sustentável de turismo para a Amazônia.

e) Coordenação de Assuntos Indígenas - contribui com o fortalecimento da participação dos povos indígenas nas ações de desenvolvimento regional, proporcionando um intercâmbio de culturas, por meio da agenda regional indígena.

Outro órgão permanente, com relevância, é o Conselho de Cooperação Amazônica (CCA) que se compõe de representantes diplomáticos de alto nível dos países que assinaram o TCA, no qual avaliam o cumprimento dos projetos de interesse bilateral ou multilateral, como também velam pelo cumprimento dos objetivos do Tratado. Além desse Conselho, tem-se a Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR) que integra os chefes de missão dos países e orientam o planejamento das atividades da Secretaria Permanente (FARIA, 2016, p. 230).

A criação da OTCA, portanto, veio acompanhado de uma nova forma de planejamento das ações de cooperação, e com mudanças significativas, trazendo mais abrangência internacionalmente. Por sua vez, a Secretaria Permanente ajuda aos Estados a elaborarem programas com metas para serem incluídas em planos estratégicos. Esse plano estratégico tinha um prazo para execução prevista de 2004 até 2012, em que foi elaborada uma Agenda Comum para a Amazônia.

3.2.1 O Plano estratégico 2004-2012

O plano estratégico 2004-2012 foi assinado pelos Estados Membros da OTCA na I Reunião Internacional das Comissões Nacionais Permanentes, ocorrida em Brasília, com diretrizes para nortear as atividades a partir das necessidades dos países. Nele são apresentadas as contribuições, os problemas e as sugestões para os países signatários (FARIA, 2016).

O plano com validade de oito anos, buscava o fortalecimento das metas propostas pelo TCA acerca da região amazônica, a fim de formalizar os objetivos propostos, sendo criado um documento que passou por aprovação em conjunto na XII Reunião do CCA em 2004, e na VIII Reunião dos Ministros de Relações Exteriores, foi finalmente aprovado pelos chanceleres. Como é um instrumento de planejamento, está apto a modificações, e acréscimos de novos eixos estratégicos, sendo submetidos à elaboração de relatório bianuais (FARIA, 2016).

São estabelecidos quatro eixos estratégicos e seis áreas programáticas, como áreas de abrangências do plano, sendo os eixos: a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis, que busca uma forma de utilizar os recursos de maneira racional, sem que prejudique o território amazônico. Para esse eixo, também se faz ressalva para um benefício mútuo com a administração correta dos recursos e da economia, devido a sua interdependência. Segundo eixo, Gestão do Conhecimento e Intercâmbio Tecnológico, detido de conhecimento sobre as necessidades da região, e de alternativas que levem ao aproveitamento sustentável da Amazônia. O eixo de Integração e Competitividade Regional é importante para a integração

estrutural da região, além de ser relevante para que ocorra com sucesso as medidas dos eixos anteriores. Já o eixo de Fortalecimento Institucional, tem como objetivo fortalecer a Secretaria Permanente da OTCA e as suas comissões nacionais permanentes (OLIVEIRA, 2012, p.47-48).

No referido documento as áreas programáticas servem para guiar e tornar as ações mais eficazes da OTCA, visto que trata de reunir esforços por meio da cooperação com os Estados Membros para preservar esse território de grande importância para o meio ambiente. Entre essas áreas programáticas estão: Água - orientar para a preservação de fatores que ameacem na contaminação os corpos de água; Florestas, Solo e Áreas Naturais Protegidas - propõe uma maior concentração de contenção, devido a ameaças mais recorrentes como incêndio florestais, extração de madeira, cortes indiscriminados, expansão da agricultura e da pecuária; Diversidade Biológica, Biotecnologia e Biocomércio - criação de um conjunto de etapas visando a utilização correta dos recursos da região, para gerar inovação e expandir a área de competitividade global, iniciando atividades como o ecoturismo; Ordenamento Territorial - utilização do ordenamento territorial para administrar de forma harmônica o uso da região, de modo sustentável (OLIVEIRA, 2012).

Tratando-se da busca por instrumentos que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, surge logo em seguida ao Plano Estratégico, a Agenda Estratégica, que tornou o mecanismo atual da OTCA mais voltado para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

3.2.2 A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica

Surgiu da Declaração sobre a OTCA, com um levantamento de informações e revisões sobre o Plano Estratégico 2004-2012, fornecidas pelos Chefes de Estados dos países membros em novembro de 2009, elaborando, assim, uma nova agenda, com novos objetivos a serem aplicados na região. A atual nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica foi aprovada na X Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, com um prazo de implementação de oito anos. Essa nova agenda integra alguns temas já propostos pela TCA como florestas, recursos hídricos, gestão, monitoramento e controle de espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas, áreas protegidas, o uso sustentável da biodiversidade, intercâmbio de informações, mudanças climáticas e energia (OTCA, 2011).

A nova agenda, além de reforçar as diretrizes impostas pelo antigo plano estratégico, traz implementações que contribuem para melhor funcionamento da OTCA, com prioridade na busca pelo desenvolvimento sustentável da região, ampliou a cooperação com outros países e

organismos internacionais e ainda colaborou para que houvesse um maior financiamento para a realização da agenda.

Essa prioridade pode ser analisada de acordo com os objetivos estratégicos impostos que visa facilitar o intercâmbio e a cooperação entre os países membros, promovendo o desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida dos habitantes da região amazônica; facilitar ações voltadas à preservação, proteção dos potenciais recursos da floresta, como também zelar os seus interesses e a soberania dos Estados (OTCA, 2011).

Importa dizer também, que essa nova agenda constitui visão, missão e objetivos estratégicos da OTCA, a partir de dois eixos: a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento sustentável. Designa o papel e orientações de atuação da Secretaria Permanente, o espaço de tempo de projetos próprios da OTCA, a estrutura institucional para a administração da agenda e os diferentes modos de financiamento (OTCA, 2011).

Como mencionado, a visão que a agenda estratégica propõe para a região amazônica é “alcançar o desenvolvimento sustentável da região através do equilíbrio entre aproveitamento, proteção e conservação de seus recursos, respeitando uma equidade que garanta seu desenvolvimento integral sustentável” (OTCA, 2011, p. 15) com a presença do Estado e da população amazônica e de acordos internacionais. Como missão, pretende-se tornar um fórum permanente de cooperação, intercâmbio e de conhecimento, com a interação harmônica dos modos de vida com o meio ambiente. Para a execução dessa agenda é necessário além do esforço, a interação com troca de diálogos político e técnico entre os países membros para permitir a realização das atividades e envolverem demais atores regionais e internacionais, identificando as fontes de financiamento para realização das mesmas, e apresentar para a região a situação do cenário da Amazônia (OTCA, 2011).

A agenda estratégica delimitou suas abordagens para que não houvessem iniciativas que fugissem do tema referente ao desenvolvimento sustentável. Com isso, a primeira abordagem refere-se à “Conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis” (OTCA, 2011, p. 23) que se baseia na contribuição para o desenvolvimento sustentável, com o devido manejo para a conservação de florestas, promovendo ações de prevenção e controle de incêndios florestais, e incentivos para o reflorestamento, como também a construção de uma gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos, promovendo ações que facilitem o acesso à sociedade civil. Incentivo ao fortalecimento da administração dos sistemas das áreas protegidas, que contribuem para a preservação da biodiversidade, verificando o controle das espécies de fauna e flora que são ameaçadas pela expansão do comércio para

obtenção de um local de equilíbrio com o meio ambiente e as necessidades da população (OTCA, 2011).

A segunda abordagem “Assuntos Indígenas” inclui a participação da comunidade de povos indígenas no gerenciamento dos recursos naturais, acrescentando direitos à terra, ao território, desenvolvimento sustentável, à segurança alimentar e de saúde e ao ordenamento territorial. Na terceira abordagem, “Gestão do conhecimento e intercâmbio de informação”, prioriza ações que buscam o conhecimento e inovação em tecnologias em todas as áreas da agenda, que ajudam a diminuir os impactos ambientais e buscam a troca de experiências com instituições acadêmicas acerca da Amazônia. A OTCA, portanto, se preocupa com as populações da região (OTCA, 2011).

A próxima abordagem implanta um sistema de saúde ambiental, promovendo o fortalecimento na vigilância de áreas em que os impactos ambientais podem prejudicar a saúde da comunidade. A “Infraestrutura e transporte” promove a divulgação do que sua expansão é capaz de gerar no meio ambiente se for acompanhado de uma gestão incorreta sobre os recursos naturais (OTCA, 2011).

Já a abordagem sobre Turismo procura desenvolver projetos no âmbito sustentável, que promova o turismo na Amazônia, gerando benefícios para a comunidade. Há três circuitos turísticos, a saber: *Amazon-Caribbean Tourism Trail (ACTT)*, *Amazon-Andes-Pacific Route (AAPR)* e *Amazon Water Route (AWR)*. Estes contam com o apoio dos países membros para essas ações turísticas (OTCA, 2011).

Sobre o “Fortalecimento institucional, financeiro e jurídico” visa uma organização dinâmica que gere resultados significativos. Para que isso aconteça, algumas atividades são propostas na agenda como fortalecer o apoio as comissões nacionais permanentes, reforçar o diálogo político da OTCA e conduzir uma agenda regional, criar mecanismos que facilitem as abordagens dos temas, como também promover uma maior cooperação internacional para conseguir cada vez mais uma abrangência e recursos financeiros para pôr em prática grande parte da agenda (OTCA, 2011). Por fim, “temas emergentes” como as mudanças climáticas, busca-se criar e promover instrumentos específicos para a proteção das florestas tropicais contra secas e inundações, propor pesquisas voltadas para mitigação e adaptação e conscientizar sobre os efeitos que as mudanças climáticas provocam em diversas áreas, seja ela saúde ou ambiental (OTCA, 2011).

Para o acontecimento dessa agenda, a OTCA conta com a colaboração financeira de quatro fontes: as contribuições dos países membros que são fixas e permitem o funcionamento da SP; as contribuições extraordinárias que são destinadas ao financiamento de atividades

específicas; e, as contribuições de cooperação internacional e de empresas nacionais, públicas e privadas. A execução dela é monitorada e possui revisão anual para possíveis melhorias às implementações (OTCA, 2011).

3.3 Dificuldades de atuação enfrentadas pela OTCA

A organização passou por um processo de crise institucional no período de 2007 a 2009, no qual estava no mandato da Secretária, Rosalia Arteaga, que sofreu críticas devido a sua posição de administrar a OTCA. Se a organização foi criada para haver ações conjuntas entre os Estados amazônicos, então porque se tomou decisões individualmente, se a região Amazônia pertence a oito países? A Secretária Geral, muitas das vezes, tomava isoladamente a iniciativa sobre os projetos em nome da OTCA, mesmo resultando em alguns projetos dinamizados, fazendo com que a organização perdesse sua legitimidade de institucionalização (ILÁRIO, 2012).

Outra dificuldade de atuação da OTCA, ocorreu com a saída de Arteaga, posto que houve uma série de tentativas para promover o seu sucessor no cargo, ocorrendo divergências nas propostas de nomeações, o que fez deixar o cargo vago por um tempo considerável, pois não se chegou a um consenso sobre o nome do sucessor (ILÁRIO, 2012), mostrando que a instituição possui fraco poder no seu ordenamento político.

Nas reuniões debatidas para esclarecer os problemas, como estes supracitados e apontar sugestões, foi exposto que a função das coordenações não possuía diretrizes, nem o apoio necessário para a execução das metas propostas. Como também no setor do meio ambiente, a coordenação sofre com a falta de recursos, como consultórios externos, a demora do pronunciamento dos países para a elaboração e execução dos projetos. O setor que mais sofreu com a precariedade de recursos foi o de assuntos indígenas (ILÁRIO, 2012) a própria estrutura da organização dificulta para a execução dos seus projetos.

Percebe-se também que ocorre por parte de alguns países membros, assinaturas de acordos bilaterais com outros Estados, deixando os demais afastado. A exemplo disso, observa-se o acordo assinado pela Colômbia e o Peru, com os Estados Unidos, permitindo a esse país a exploração dos recursos da Amazônia, sem a autorização dos demais países (MACHADO, 2015 apud PENNA, 2013, p.102).

Infelizmente, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica possui coordenações com pouca articulação e tem dificuldades para obter a ordem política entre seus membros. Como também, não conta com um fundo de financiamento próprio, o que poderia fortalecer a organização e colaborar para uma implementação mais sólida da organização na

região (OTCA, 2011). Com outros organismos financiando, estes acabam se achando no direito de interferir nos interesses e pesquisas da região amazônica, gerando conflitos de interesses e ambições, desse modo, também interferindo nos recursos naturais da Amazônia. Porém, apesar das dificuldades, é notável o avanço da cooperação amazônica com a criação da OTCA. O TCA contribuiu de certa forma para afastar a intervenção externa na Amazônia, e com ela evoluiu os termos do tratado, colocou a região na agenda regional dos países membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As gradativas repercussões das discussões a respeito das questões ambientais levaram a uma maior abrangência da agenda mundial, desenvolvendo em cada conferência, incentivos e metas para a diminuição dos impactos ambientais no globo. No referido trabalho, se pôde notar a relação da importância do meio ambiente amazônico nas relações internacionais, onde as regiões detêm grandes riquezas naturais que as insere aos desafios globais ligada à problemática ambiental.

A possibilidade da realização de um acordo que integrasse todos os países que compõem a região amazônica ficou mais próximo com os resultados da intensa exploração na área e do processo de internacionalização da região, tornando indispensável uma atuação conjunta entre os Estados, para que reafirmassem suas soberanias territoriais e se unissem para a defesa da Amazônia. Com o incentivo do governo brasileiro, e passando por várias discussões, os países amazônicos assinaram o então Tratado de Cooperação Amazônica, abrindo para a possibilidade de cooperação entre os países membros.

Porém, mesmo com o Tratado, houveram poucos avanços no desenvolvimento sustentável da região, deixando que seus territórios fossem explorados com mal o uso sobre os recursos naturais, provocando dessa forma um grande problema ambiental internacional, como foi exposto no segundo capítulo.

Acompanhou-se a necessidade de ingressar em um organismo internacional, para que houvesse a criação e implementação de instrumentos inovadores, como a ciência e tecnologia, que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável, como também a colaboração de financiamentos para a execução de projetos na Amazônia. Com isso, deu-se início ao surgimento da Organização de Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), se dedicando à conservação ambiental, e ao bem-estar da população.

Infelizmente, apesar da Organização ter 38 anos de existência, possui pouca visibilidade, não sendo muito conhecida pela sociedade, desenvolvendo ainda pouca atenção, e não possui um financiamento próprio que cubra as implementações pretendidas, necessitando assim da criação de um próprio banco com os Estados membros, para custear os projetos elaborados, como também reforçar a regulamentação do tratado sobre o funcionamento adequado para melhor abrangência da agenda elaborada.

Pode-se notar que as questões que envolvem a conservação ambiental, lida com aspectos econômicos e políticos, o que os insere nas discussões dos países em desenvolvimentos, no qual possuem seu acelerado crescimento econômico, que implica em danos ambientais irreversíveis.

Compreendendo, nesse contexto, que a exploração dos recursos é necessária para o progresso da economia, gerando um ciclo vicioso que tende a prejudicar não só o meio ambiente, como também a sobrevivência da humanidade, que sofre com as consequências dessa inter-relação.

Os desafios que a Amazônia enfrenta afeta a segurança ambiental, e vem tomando cada vez mais o centro das políticas de governança mundial, evoluindo o debate acerca dos enfrentamentos que a região vem se deparando, como desmatamento, exploração dos mineradores, agronegócio, trazendo consequências que vão desde a contaminação dos rios, ao aparecimento de diversas doenças, até a contribuição às mudanças climáticas. O que mostra o déficit de mecanismos que a região possui sobre a segurança vital da Amazônia, se fazendo necessário, implementações de políticas públicas prioritárias para que os países incluam em seu próprio ordenamento, uma reformulação e fiscalização sólida e eficaz, fortalecendo seus territórios, bem como conseguindo melhorias para o desenvolvimento sustentável mesmo com processos de utilização dos recursos da região.

REFERÊNCIAS

ACHEGAS. **A Evolução política ambiental do século XX**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm>. Acesso em: 29 set. 2016.

ANTIQUERA, Daniel. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2006.

ILÁRIO, Rodolfo. **A cooperação multilateral entre os países amazônicos: a atuação da organização do tratado de cooperação amazônica (OTCA)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2012.

ARAÚJO, Osiris M; KINGO, Alfredo. **Pan Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. 1 ed. Manaus: [s.n.], 2015. 519 p.

AROUDO, José; LORENCINI, JEFFERSON. **Plano Amazônia Sustentável: Interações dinâmicas e sustentabilidade ambiental**. TEXTO para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 1731, abr. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1731.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

ATORES, Vários. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia: Geoamazônia**, 2000. 324 p.

BARBOSA, Luciana; SOUZA, Matilde. **Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia**. Vol. 32. Nº.1 Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100004>. Acesso em: 07 out. 2016

BARBOSA, Luciana Mendes; SILVA, Carla Pereira. **Segurança ambiental: entre a perspectiva nacional e humana**, 2009. Disponível em:

<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/luciana_barbosa_carla_silva.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005>. Acesso em: 10 out. 2016.

BENTES, Rosineide. **A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia**. Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, mar./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200013>. Acesso em: 07 out. 2016.

BEZERRA, Joana. **A Amazônia na Rio+20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+20**. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300005>. Acesso em: 07 out. 2016.

BRICS POLICY CENTER. **Desenvolvimento sustentável e a agenda social dos BRICS**. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/interna/7049?tipo=policy%20briefs>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CARTA INTERNACIONAL. **La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la teoría de las relaciones internacionales**. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/carta/article/viewfile/416/170>>. Acesso em: 14 set. 2016.

COP15. **Desenvolvimento aliado à conservação da biodiversidade**. Disponível em: <http://www.cop15.gov.br/pt-br/util/docs/meio_ambiente_pt.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

CUNHA, Luiz Veiga Da. **Segurança ambiental e gestão dos recursos hídricos**. Nação defesa, Lisboa, v. 2, n. 86, p. 27-50, mar. 1998. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1500/1/NeD86_LuisVeigadaCunha.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

CÂMERA LEGISLATIVA. **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburg, em África do Sul.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/copy_of_208366.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

CÂMERA LEGISLATIVA. **Governança global e cultura da paz.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema3/000027.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CÂMERA MULTIDISCIPLINAR DE QUALIDADE DE VIDA. **Relatório do Clube de Roma.** Disponível em: <<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=17072>>. Acesso em: 18 out. 2016.

DIVISÃO DE SENSORIAMENTO REMOTO. **Monitoramento da cobertura vegetal da Amazônia Sul Americana.** Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/panamazonia/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DUARTE, Lílian C B. **Política externa e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 73 p.

EBAH. **Histórico evolução da questão ambiental.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/abaaabaij/historico-evolucao-questao-ambiental>>. Acesso em: 29 set. 2016.

ELLIOT, Lorraine. **The Global Politics of the Environment.** Edição. NEW YORK: NEW YORK UNIVERSITY PRESS, 2004.

ECLESIA. **Principais conferências internacionais sobre meio ambiente e documentos resultantes.** Disponível em: <http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

EDUARDO, Denise. **Cooperação ambiental nas relações internacionais: o caso da organização do tratado de cooperação amazônica**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

EGOV. **Novos atores, governança global e direito internacional ambiental**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31997-37543-1-pb.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ESTENSSORO, Fernando. **História do debate ambiental na política mundial 1945-1992: A perspectiva latino-americana**. Ijuí-RS: Unijuí, 2014. 240 p.

FARIA, Paulo Henrique. **A organização do tratado de cooperação amazônica: uma análise crítica das relações das razões por trás da sua criação e evolução**. Revista de direito internacional, v.13, n.2, 2016. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/rdi/article/download/4037/pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na amazônia: dinâmica, impactos e controle**. Inpa, [S.L], jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18>>. Acesso em: 26 set. 2016.

FIGUEIREDO, Nelson. **A questão geopolítica da Amazônia: Da soberania difusa à soberania restrita**. 64 ed. Brasília: Senado Federal, 2005. 540 p.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais**. International Organization, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun./2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

ILÁRIO, Rodolfo. **A cooperação multilateral entre os países amazônicos: a atuação da organização do tratado de cooperação amazônica (OTCA)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2012.

OLIVEIRA, Raquel; FREITAS, Irani. **História da defesa do meio ambiente**. Sustentabilidade e gestão no Amapá, s.d. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT07022012123541.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

LORENZETTI, Julia Vaz; CARRION, Rosinha Machado. **Governança ambiental global: atores e cenários**. CAD. EBAPE, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 721-735, set /2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300014>. Acesso em: 03 out. 2016.

LÓPEZ, Víctor. **Amazonía Contemporánea: fronteras y espacio global**. Revista de ciências sociais, [S.L], n. 26, p. 119-130, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/ecuador/flacso/iconos/iconos26/lopez.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

LUI, Aline. **A Segurança Humana e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: entre a teoria e a prática**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico Curso de Graduação em Relações Internacionais. Florianópolis, 2014

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Avaliação de impacto ambiental (AIA)**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-licenciamento/documentos-diversos/palestras-docs/3_avaliacao.pdf>. Acesso em: 29 set. 2011.

MIYAMOTO, Shiguinoli. **A questão ambiental e as relações internacionais**. Revista de informação legislativa, v. 28, n. 112, p. 107-132, 1991. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175938>>. Acesso em: 26 set. 2016.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani De; LESSA, Antônio Carlos. **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Do Rio à Rio+20**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

OTCA. **Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica**. Disponível em: <http://www.otca.org.br/portal/admin/_upload/apresentacao/aeca_prt.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

OECD. **O que são serviços ambientais**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28158-o-que-sao-servicos-ambientais/>>. Acesso em: 28 set. 2016.

PIERANTI, Octavio Penna; Luiz Henrique Rodrigues Da Silva. **A questão amazônica e a política de defesa nacional**. Cadernos Ebape, v. 5, n. 1, mar. 2007.

PIEDRA-CALDERÓN, Andrés. **A organização do tratado de cooperação amazônica e a consolidação do processo de integração sul-americana**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PORTAL DO MEC. **Um pouco da história da educação ambiental**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

PUBLICA DIREITO. **Regimes internacionais e soft law: uma análise a partir da organização do tratado de cooperação amazônica.** Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e9a8f256f4904b06>>. Acesso em: 03 set. 2016.

QUESTÕES de segurança não-tradicional: a segurança humana e ambiental, 2006.

RAISG, 2015. **Desmatamento na Amazônia (1970-2013).** Disponível em: <https://raisg.socioambiental.org/system/files/desmatamento_na_amazonia%281970-2013%29.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

RAISG. **Amazônia sob pressão.** Disponível em: <https://raisg.socioambiental.org/system/files/amazoniasobpressao_28_03_2013.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

RARI. **Construção e análise do regime ambiental internacional.** Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/07/rari-artigo-3.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

RICUPERO, Rubens. **O Tratado de Cooperação Amazônica.** Revista de informação legislativa, Brasília, v. 21, n. 81, p. 177-196, 1984. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/186318>>. Acesso em: 16 out. 2016.

RIO+20. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 27 out. 2016.

ROSENAU, James N. **Governança, ordem e transformação na política mundial.** UNB, 2000. 11-46 p.

RODRIGUES, Alessandra Mahé. **A organização do tratado de cooperação amazônica (OTCA) como consequência de um direito internacional latino-americano,** 2008.

RODRIGUES, Gilberto Souza. **A questão dos recursos hídricos no debate sobre segurança ambiental.** GEOUSP, São Paulo, n. 32, p. 176-197, nov. 201. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74290>>. Acesso em: 25 set. 2016.

TERRA. Cientistas apontam que petróleo ameaça 745 espécies na amazônia equatoriana. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/cientistas-apontam-que-petroleo-ameaca-745-especies-na-amazonia-equatoriana,46f993ba4aac42862525ab0d23418ac7bdpwalxz.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

UN DOCUMENTOS. Our Common Future. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-01.htm#ii>>. Acesso em: 03 set. 2016.

UNEP. Declaration of the united nations conference on the human environment. Disponível em: <<http://www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?documentid=97>>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. **Regulamentação da Secretaria Permanente, OTCA.**

_____. **O Tratado de Cooperação Amazônica, 1978.**

_____. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972**

_____. **Integrando a Amazônia Continental. Relatório de Gestão:** novembro de 2005 a outubro de 2006. Brasília, Secretaria Permanente

_____. **Plano Estratégico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, 2004-2012.** Brasília, Secretaria Permanente.